

EPI (Mafra) contra a indisciplina

DE OFICIAIS E SAPORETES DO EP e soldados de um batalhão de infantaria de 10 de Vila Rica, no Rio de Janeiro, foram punidos por terem participado de uma manifestação em apoio ao governador de Pernambuco, Mafra, em um momento de tensão política...

Em uma ocasião em EP, o capitão Rodrigo de Sá e o sargento de 1ª classe do EP, em Vila Rica, foram punidos por terem participado de uma manifestação em apoio ao governador de Pernambuco, Mafra, em um momento de tensão política...

Delegados da RML consideram difícil formação do AMI

OS DELEGADOS da RML em Vila Rica, no Rio de Janeiro, consideram difícil a formação do AMI, devido à situação política atual e à falta de apoio necessário...

Em uma ocasião em Vila Rica, no Rio de Janeiro, os delegados da RML consideram difícil a formação do AMI, devido à situação política atual e à falta de apoio necessário...

Em uma ocasião em Vila Rica, no Rio de Janeiro, os delegados da RML consideram difícil a formação do AMI, devido à situação política atual e à falta de apoio necessário...

Em uma ocasião em Vila Rica, no Rio de Janeiro, os delegados da RML consideram difícil a formação do AMI, devido à situação política atual e à falta de apoio necessário...

Agricultura em foco no Conselho de Ministros

COM O SEU ACORDO alcançado no mês de maio, o Conselho de Ministros se reuniu para discutir a situação da agricultura no Brasil e as medidas necessárias para sua recuperação...

Em uma ocasião em Vila Rica, no Rio de Janeiro, os delegados da RML consideram difícil a formação do AMI, devido à situação política atual e à falta de apoio necessário...

Melo Antunes parte mais tarde

OS DELEGADOS da RML em Vila Rica, no Rio de Janeiro, consideram difícil a formação do AMI, devido à situação política atual e à falta de apoio necessário...

Banco de Portugal: um mínimo de moeda estrangeira e um máximo de "travellers cheques"

OS DELEGADOS da RML em Vila Rica, no Rio de Janeiro, consideram difícil a formação do AMI, devido à situação política atual e à falta de apoio necessário...

FRANCISCO PINTO BALSAZÃO

ALBERTO DE CARVALHO MARCELO PINHEIRO DE SOUZA

Exp. Expresso, N.º 143-27 SETEMBRO 1975-7600



AMI na forja e disciplina em discussão

COMO SE VIU na página anterior, a formação do AMI (Associação Militar de Intelectuais) está em discussão, com foco na disciplina e no alinhamento político dos membros...

Secretaria estadual de C. B.

EM UMA OCASIÃO em Vila Rica, no Rio de Janeiro, os delegados da RML consideram difícil a formação do AMI, devido à situação política atual e à falta de apoio necessário...

Queimada no meio do Rio de Janeiro

EM UMA OCASIÃO em Vila Rica, no Rio de Janeiro, os delegados da RML consideram difícil a formação do AMI, devido à situação política atual e à falta de apoio necessário...

Moçambique: Aniversário do início da luta armada

EM UMA OCASIÃO em Vila Rica, no Rio de Janeiro, os delegados da RML consideram difícil a formação do AMI, devido à situação política atual e à falta de apoio necessário...

Vitor Crespo (como ministro) e 23 secretários de estado tomam posse em Belém

EM UMA OCASIÃO em Vila Rica, no Rio de Janeiro, os delegados da RML consideram difícil a formação do AMI, devido à situação política atual e à falta de apoio necessário...



EM UMA OCASIÃO em Vila Rica, no Rio de Janeiro, os delegados da RML consideram difícil a formação do AMI, devido à situação política atual e à falta de apoio necessário...

Incendiados a Embaixada e o Consulado de Espanha

EM UMA OCASIÃO em Vila Rica, no Rio de Janeiro, os delegados da RML consideram difícil a formação do AMI, devido à situação política atual e à falta de apoio necessário...

EM UMA OCASIÃO em Vila Rica, no Rio de Janeiro, os delegados da RML consideram difícil a formação do AMI, devido à situação política atual e à falta de apoio necessário...

Horas antes das execuções



OMEGA Dynamic Um relógio que se renova. É jovem! É moderno!

24 horas

em notícia

Agricultura em foco no Conselho de Ministros

COM UMA AGENDA sobrecarregada no sessão de ontem, o Conselho de Ministros terá de reunir durante o dia de hoje, especialmente para tratar de questões importantes relacionadas com a reforma agrícola e a situação dos deficientes das Forças Armadas.

Entre as decisões mais significativas tomadas na sessão de ontem avulta, inicialmente, a de que os diplomas a aprovar no âmbito do VI Governo deverão respeitar o respectivo programa divulgado pelo primeiro-ministro, Almirante Pinheiro de Azevedo. Por outro lado, foi aprovado um diploma do MEIC visando facilitar a inscrição ou matrículas nos estabelecimentos de ensino dos alunos retirados das ex-colónias ou de outros territórios ainda sob administração portuguesa. O M.E.S.A., na linha de um esforço dirigido prioritariamente para a construção de habitações sociais, aprovou algumas transferências de verbas com vista a cobrir a aquisição de habitações construídas no âmbito do Fundo de Fomento de Habitação. A greve na Companhia Nacional de Navegação foi debatida, tendo sido proposto o prosseguimento das negociações com vista a desbloquear a situação. Um projecto de reforma do código penal e disciplinar da Marinha Mercante deverá vir a ser elaborado por uma comissão nomeada em representação dos trabalhadores, a que se seguirá uma discussão pública para recolha de críticas e sugestões.

Por proposta do Ministro da Agricultura, foi aprovada a nacionalização da Companhia das Lavouras, tendo sido discutida a questão do alargamento do crédito de emergência para fundo de auxílio dos pequenos agricultores e das unidades de produção gráficas por comissões de trabalhadores. Foi profundamente o estudo das implicações deste problema um dos pontos determinantes de sessão de hoje do Conselho de Ministros. Por outro lado, a revisão dos diplomas legais que regem o funcionamento das cooperativas agrícolas foi considerada como necessária, tendo em vista facilitar o desenvolvimento destas organizações.

O Conselho de Ministros nomeou para o lugar de presidente da comissão administrativa da Companhia dos Camalhos de Ferro Portugueses, o ex-ministro do Equipamento Social e Ambiente, coronel José Augusto Fernandes.

Delegados da RML consideram difícil formação do AMI

REUNIDOS durante cerca de 8 horas os delegados das unidades da Região Militar de Lisboa apreciaram vários problemas existentes de actualidade político militar, nomeadamente os casos PM e AMI. (ver notícias sexta pág. e na pág. 4).

Os delegados presentes concordaram, por consenso geral, que o AMI será um órgão representativo que, como tal, não deve existir. O ponto referente ao Agrupamento Militar de Intervenção foi discutido na generalidade, tendo-se concluído que a formação do AMI se debateria com sérias dificuldades pois seriam poucas ou nenhuma as unidades que, no actual contexto político militar, se propõem formar o referido corpo.

A Assembleia tomou também conhecimento de todos os dados referentes à luta da Polícia Militar, considerando que, em circunstâncias exactamente iguais, teriam usado provavelmente atitudes tomadas de posição iguais às do Comando do RPM bem como dos seus soldados.

As atitudes, por vezes indecisas, do general Otelo foram feitas sendo-lhe dito que deveria manter firmemente as suas posições revolucionárias, notando-se, segundo observadores presentes, uma certa coacção em torno do Comandante da Região Militar de Lisboa. Esta atitude de crítica e apoio teria partido inicialmente das praças de quem todos os soldados da RML, notando a atitude dos seus comandados.

Foi ainda referida a necessidade de incentivar as ligações das ADU's com as estruturas de Poder Popular e como órgão executivo das praças; pela mesma altura e dentro do contexto da actualidade das praças, referiu-se a situação da Armada, o CDAFL, os fundos e o serviço dos SUV's embora, segundo os participantes, não se tenha discutido.

No que se refere à disciplina, houve após debate, uma tomada de consciência por parte dos comandados, no sentido de que deve, em primeiro lugar, ser diferente da disciplina militar clássica. Assim, a disciplina deverá partir essencialmente de baixo, impondo as praças a si mesmas uma conduta disciplinada em conformidade com o processo revolucionário e a sua situação de militares nesse contexto.

Outro dos pontos importantes desta reunião foi a discussão das diferenças sócio-políticas entre a região de Lisboa e arredores e as regiões do interior do país, sobretudo no Norte, referindo alguns delegados, oriundos dessas regiões, o arrastamento da população por meio de massões de emigração.

Terminou assim o reunião os delegados do Regimento de Comandos e da Escola Politécnica de Infantaria. O número de unidades operacionais da Região Militar de Lisboa ronda as duas dezenas.

Melo Antunes parte mais tarde

SEGUNDO informação oficial do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o ministro Melo Antunes que, em princípio, devia acompanhar o Presidente Costa Gomes na sua viagem à Polónia, apenas chegará a Varsóvia no dia 29, regressando de Moscovo à partir das 17 horas de 3 de Outubro. A nota oficial fala em compromissos inadiáveis que, segundo as mesmas fontes de informação se prendem com o estudo de problemas urgentes relacionados com o Mercado Comum.

Em contacto com o Gabinete do ministro dos Negócios Estrangeiros, foi-nos dito que não tinha fundamento a notícia posta a correr, segundo a qual, o adiamento da viagem à Polónia se devia ao facto de Melo Antunes se deslocar ainda para a Angola.

NA COMITIVA do Presidente da República seguem os Conselheiros da Revolução, Costa Neves e Vasco Lourenço com as respectivas esposas, o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Tomás Andersen, o Embaixador de Portugal em Moscovo, dr. Mário Neves e esposa, o Embaixador em Varsóvia e respectiva esposa e mais cerca de vinte individualidades entre as quais o novo Chefe de gabinete, Major Vasco Cúrias. Além dos jornalistas veja também um fotógrafo oficial, uma secretária-dactilógrafa, cinco agentes de segurança, dois médicos, e o filho do Presidente da República, Francisco da Costa Gomes. A tripulação do avião presidencial é composta por 17 pessoas.

Expresso

75-09-27

1

CRESPO, Vitor DA

Vitor Crespo (como ministro) e 23 secretários de estado tomam posse em Belém

DEPOIS de sucessivos adiamentos, derivados de negociações de última hora entre os partidos, representantes do VI GP, e o Primeiro-Ministro, tomaram ontem posse, em Belém, cerca das 20.15 alguns dos novos secretários de Estado.

A surpresa da cerimónia foi, no entanto, o facto de também ter tomado posse, como ministro da Cooperação, o comandante Vitor Crespo, antigo Alto-Comissário de Moçambique, e figura destacada do chamado Grupo dos 9. Segundo nos declarou o novo ministro, o seu ministério ocupar-se-á essencialmente de todas as questões relacionadas com a descolonização.

Segundo o comunicado do Conselho de Ministros, a que nesta página nos referimos, a Secretaria de Estado da Descolonização passa

a constituir de novo um Ministério, "dados a gravidade e o melindre que vierem a assumir os problemas de Angola e de Timor, entre outros que passarão a ficar dependentes do mesmo ministério, nomeadamente o contencioso económico e financeiro com as antigas colónias".

Quanto aos secretários de Estado, verifica-se que oito são do PS, quatro do PPD, dois do PC e nove independentes.

Os do PS são os seguintes:
— Justiça: dr. Armando Bacelar;
— Planeamento e Orçamento: dr. Victor Constâncio;
— Comércio Externo: dr. António Barreto;
— Negócio Estrangeiro: dr. José M. Medeiros Ferreira;
— Transportes: eng. António Machado Rodrigues;
— Pesca: dr. Pedro Coelho;
— Trabalho: dr. Francisco Marcelo Curto;
— Emprego: eng. Manuel Tito de Morais.

Os secretários de Estado pertencentes ao PPD são:
— Tesouro: dr. Artur Santos Silva, filho;
— Fomento Agrário: eng. Joaquim Lourenço;
— Emigração: dr. Rui Machado;
— Saúde: dr. Carlos Macedo;

Os elementos do PC são:
— Reorganização da Estrutura Agrária: dr. António Silva;
— Desportos e Juventude: dr. António Silva Graça;

Os nove independentes são:
— Administração Pública: dr. Rui Amaral;
— Administração Regional e Local: eng. Ferreira Lima;
— Investimentos Públicos: eng. António Sousa Gomes;
— Obras Públicas: coronel Amadeu Garcia dos Santos;
— Administração Escolar: comandante Mário de Aguiar;
— Ensino Superior e Investigação Científica: prof. António Brota;
— Comunicação Social: tenente-coronel José L. Ferreira da Cunha;

— Energia e Minas: eng. Fernando Marques Videira;
— Indústria Pênea: eng. Mário Cardoso dos Santos.
Como facilmente se nota, o elenco dos secretários de Estado,

está ainda por completar. Tanto algumas das pastas económicas, como outros ministérios — por exemplo, o da Educação ou o dos Assuntos Sociais, há lacunas a preencher, que resultarão de desentendimentos entre os partidos, ou da falta de nomes válidos para o exercício dos cargos vagos.

SO COM ORDEM E UMA DIRECÇÃO FIRME

O Presidente da República, general Costa Gomes proferiu uma curta saudação aos novos membros do governo, salientando que "a situação económica e social do país coloca inúmeros e complexos problemas" e que "todos necessitam estudo e reflexão; mas as decisões rápidas são exigidas por todos que dessas decisões dependem".

No seu discurso, o Almirante Pinheiro de Azevedo, sublinhou que "não podemos esperar mais tempo e há que vencer as posições partidárias, as hesitações, os oportunismos, e as tibiezas, superando-as com firmeza e com os olhos postos no futuro deste país e do seu povo".

Referindo-se ao problema da autoridade, o Primeiro-Ministro, afirmou: "Não se pode governar sem uma autoridade firmemente aceita, pois só na autoridade reside a possibilidade de manter a ordem pública sem a qual nada se pode construir de sólido. Só com ordem e uma direcção firme poderemos, a pouco e pouco, e com muito trabalho, restaurar a economia debilitada e resolver os problemas sociais que se avolumaram". Mais adiante, a propósito da reacção e das tentativas contra-revolucionárias, disse Pinheiro de Azevedo: "Só a disciplina e a coesão das Forças Armadas e a sua aliança com os partidos progressistas e com as classes trabalhadoras conseguirão lidar os inimigos para os derrotar com mais facilidade." Finalmente, dirigindo-se aos secretários de Estado que tinham acabado de tomar posse, afirmou: "Do vosso sacrifício, do nosso sacrifício, do sacrifício e do trabalho do povo português dependem a sobrevivência da Nação. Não poderis falhar, não poderéis falhar. Se, nada lutarmos, e se não vencermos, nem a História, nem o povo português, perdoará a nossa fraqueza..."

ROBERTO, Holden

Holden Roberto ao EXPRESSO:

“Luanda é o nosso objectivo”

KINSHASA. (ESPECIAL PARA O EXPRESSO) — “Luanda é o nosso objectivo e contamos estar lá antes do 11 de Novembro”. Mas não será o fim da guerra. Porque ainda haverá outras frentes de combate” — assim falou o presidente da Frente Nacional de Libertação de Angola, Holden Roberto, ao correspondente do Expresso. A afirmação foi-lhe feita no coração da Vila do Cazito (chamada de Vila Holden Roberto pela FNLA). Na segunda-feira à tarde, quando se chegaram com vários jornalistas lusos e alguns correspondentes de imprensa estrangeira sediados em Kinshasa.

“Ao aterrarmos no Ambriz, fomos recebidos por Hendrik Vaal Neta, secretário de estado da Informação da FNLA no governo de transição, que actualmente se encontra na frente de combate, ao lado do presidente Holden.

Logo ao desembarcarmos no Ambriz vimos, a primeira de três

autometralhadoras soviéticas capturadas pela FNLA durante a retomada do Cazito. Verdadeiras “Tanks” de guerra, só com a diferença que tinham uma autometralhadora 12.7 no topo, em vez dum canhão.

Além dessas três autometralhadoras, duas das quais podem rapidamente ser postas a funcionar, as forças da FNLA capturaram, intacto, um camião blindado transportador de tropas, com a inscrição “FAPLA” (Esdrcip do MPLA), tendo parcialmente destruído um outro no que foi, durante dois dias, a sede do MPLA no Cazito.

Foi o próprio presidente Holden Roberto quem nos conduziu ao que fora o Q.G. do MPLA no Cazito o qual se encontrava parcialmente destruído.

Depois de ter pessoalmente levado os jornalistas a alguns pontos do Cazito, e à fazenda Tentativa, Holden conduziu os visitantes, já

noite, à Barra do Dande, donde se podia avistar um túnel claro que nos assinalava Luanda.

Falando sobre Luanda, Holden realçou a sua determinação de prosseguir o seu avanço para a capital. Admitiu que as suas forças cometeram certos erros. Agora, porém, o esforço de guerra da FNLA parece estar concentrado na chamada Primeira Região Militar do MPLA (Ucuu-Piri).

“Procuraremos que as pessoas estejam prevenidas quando chegar a hora de Luanda”, afirmou-nos Holden Roberto. Mas as bombas, quando caem, não escolhem as vítimas, friso, lembrando que na medida do possível as forças da FNLA procurarão evitar a perda de vidas inocentes.

Sobre a cidade lembrou que os edifícios se destroem e constroem.

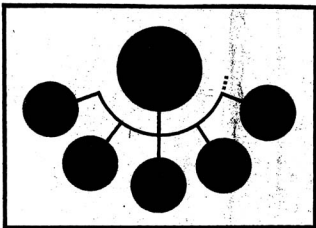
Acerca da UNITA, disse não existirem quaisquer problemas entre a FNLA e a UNITA. Em Kinshasa, na semana pas-

sada, o presidente da UNITA, Jonas Savimbi, fixou um forte ataque ao MPLA, aos comunistas portugueses, que acusou de tentarem entregar o poder àquela movimento, e à Força Aérea Portuguesa, que acusou de localizar as posições do seu movimento, para o MPLA se alvejar.

A FNLA avisou já as autoridades portuguesas em Luanda que os aviões da Força Aérea Portuguesa se arriscam a ser abatidos se sobrevoarem posições da FNLA.

No assalto das FAPLA ao Cazito, foram vistos três helicópteros não identificados desembarcando forças do MPLA. Em Kinshasa, Savimbi disse que se o MPLA trouzer meios aéreos para o campo de batalha, a UNITA não teria dificuldade em responder com a mesma moeda.

Ao fim e ao cabo, a guerra em Angola parece ainda estar em fase de escalada, e o seu desfecho arrastar-se-á bem para além da data do 11 de Novembro.



AMI na forja e disciplina em discussão

DANDO IMEDIATA SEQUENCIA às decisões tomadas na quinta-feira pelo Conselho da Revolução, realizou-se ontem de manhã uma reunião no Estado-Maior do Exército a que estiveram presentes os generais do Estado-Maior, os comandantes do RUCO, do RI de Senzál, da EPI de Mafra e dos Comandos e ainda o comandante do Agrupamento Militar de Intervenção (AMI) nomeado pelo Conselho da Revolução.

Nessa reunião, debateram-se questões práticas de constituição deste novo grupo operacional, tendo ainda sido estudadas medidas concretas, a ser postas brevemente em prática, que garantam um reforço de disciplina das F.A.

Outra à tarde, também no EME, realizou-se uma reunião, a que estiveram presentes, entre outros, o general Fábio e o major Melo Antunes, os capitães Vasco Lourenço e Sousa e Castro. Considerada uma reunião de rotina de análise da situação militar, sabe-se que aí se continuou a discussão iniciada de manhã respeitante à implementação imediata das decisões tomadas no Conselho da Revolução.

Importante reunião do C. R.

Recorda-se que, na última reunião do Conselho da Revolução foi tomada uma decisão que pode vir a alterar profundamente a evolução recente da situação mili-

ta: a criação do AMI, um novo grupo militar operacional que tem por missão específica garantir o necessário suporte de autoridade, indispensável para o funcionamento do Governo.

Apesar de a reunião ter demorado mais de oito horas, o comunicado final é singularmente conciso e quase totalmente dedicado à explicitação das funções desta nova instituição militar.

É o seguinte o texto integral desse comunicado: "Face à gravidade da presente situação político-militar, durante a qual se verificaram já alguns incidentes que prejudicam a ordem pública e a necessária tranquilidade da vida nacional, o Conselho da Revolução decidiu a criação imediata de um Agrupamento Militar de Intervenção, constituído por forças operacionais do Exército, Marinha e Força Aérea, sob dependência directa do Presidente da República e CEMGFA, e destinado a prestar o Governo dos Indispensáveis meios para exercício de autoridade, de acordo com o plano de acção governativa aprovado à Nação pelo Primeiro Ministro.

Para o comando deste Agrupamento de Intervenção foi nomeado o brigadeiro Nuno Vitorino Tavares de Melo Egídio que hoje mesmo tomou posse.

Foi também examinada a delicada situação dos efectivos das Forças Armadas, cujas reivindicações foram apreciadas, decidindo o Conselho da Revolução remeter para o Governo a satisfação das considerações mais prementes e essenciais."

O que é o AMI

O Agrupamento Militar de Intervenção, abreviadamente

designado por AMI, será composto por tropas dos Comandos, dos Para-Quedistas e dos Fuzileiros e ainda por alguns destacamentos de forças regulares que deverão ser escolhidos pelo comandante do AMI.

Pela sua composição e até pelos seus objectivos, verifica-se que terá uma organização muito idêntica à do COPCON que, entretanto, não será extinto. (ver Editorial pág. 10). Verifica-se assim uma duplicação de funções, na teoria, mas que certamente não corresponderá a qualquer duplicação prática, até porque não há efectivos suficientes para isso. Portanto, é de prever que as funções concretas do COPCON tendam a diminuir de importância como consequência de acusações feitas ao Conselho da Revolução, e não rebaixadas, de que aquele órgão militar não oferece as condições para satisfazer os objectivos para que foi criado.

O comandante do AMI, brigadeiro Melo Egídio é o actual Director da Arma de Infantaria, cargo para que foi eleito por unanimidade. Prestou também serviço em Moçambique chefiando o Comando Territorial Sul e colaborando muito estreitamente com o almirante Vitor Crespo, Alto Comissário em Moçambique.

O significado concreto das decisões tomadas na reunião do C.R. e postas em via de execução nas reuniões de dia seguinte no Estado-Maior do Exército não poderá ser devidamente definido antes de se verificar até que ponto a actual corréção de forças nas fileiras das F.A. é compatível com decisões deste tipo.

No entanto, diversas fontes militares consideram que, pela primeira vez, há elementos concre-

tos que permitem esperar uma rápida clarificação da situação disciplinar e, depois, da situação política.

Essas mesmas fontes sublinham que o comunicado emitido pelo C.R. é mais importante pelo que nele não está expresso do que pelas medidas anunciadas. Na verdade, as resoluções tomadas são a consequência de uma longa e profunda análise da situação actual que acontecimentos recentes ajudaram a esclarecer e, nomeadamente, a verificação de que é impossível aceitar a rápida desagregação das F.A. e a consequente proliferação de centros de poder que inutiliza qualquer esforço consistente de governação. Essa teria sido a

exigência básica posta pelo almirante Pinheiro de Azevedo para aceitar as responsabilidades do cargo de Primeiro Ministro e que o Conselho da Revolução começa agora a traduzir em medidas concretas.

O que se passou na reunião do C.R.

Apesar de se ter suscitado uma agenda, muito carregada com pontos concretos a seguir resolução rápida, a reunião de quinta-feira do C.R. foi dominada por um longo debate sobre a crise político-militar em termos genéricos. A questão fundamental de quase todas as intervenções era a necessidade de garantir ao Governo a capacidade de intervenção independente para que se possam cumprir os seus programas. De acordo com essas intervenções, o país "estava num completo caos", "existiam tantos centros de

AMI e disciplina nas F. A.

Continuadistas

poder que já parece ridículo falar em Estado" e a continuação de um processo deste tipo só poderia conduzir a uma radicalização para a direita.

A crescente dificuldade com que o MFA se debate para poder garantir o apoio do povo português foi outro dos pontos que mereceu ampla discussão, tendo-se chegado a propor um teste político muito simples: saber quantas personalidades significativas do MFA se sentem capazes de passear calmamente no Rossio.

As questões de disciplina tiveram o papel de maior relevo e foram tomadas decisões concretas que acima se referem. No aspecto mais específico dos SUV, foi considerado que se trata de um grupo claramente minoritário, sem implantação significativa e que só a ampla cobertura que lhes é garantida nos órgãos de comunica-

ção e a instrumentalização que deles fazem certos partidos políticos lhes dá uma aparente importância. Por outro lado, conclui-se que o resultado objectivo da acção dos SUV é uma forte reacção de oposição dos oficiais e a possibilidade de confrontos violentos no interior dos quartéis entre grupos de soldados.

Constataram também os trabalhos de reestruturação da V Divisão e foi feita uma análise de situação no que respeita ao processo de descolonização, o que foi acompanhado por uma troca de informações.

Outras reuniões preparatórias

Entretanto, tinham-se realizado na quarta-feira reuniões preparatórias do CR e em que se debateu a actual situação militar.

A mais importante foi a que se realizou no Estado Maior, do Exército, com a presença do general Fábão, dos comandantes das Regiões Militares, dos Directores de Serviços, dos Directores de Arma e ainda com um membro do Conselho da Revolução. Foram ali debatidos os incidentes de Mafra, questões disciplinares em geral e, em particular, os SUV e ainda a falta de pessoal de esquadramento com suficiente competência para neutralizar os grupúsculos que se têm vindo a formar no interior das F.A.

O consenso geral foi no sentido de ser impossível acitar por mais tempo o processo de desagregação do corpo militar e que medidas urgentes seriam que ser tomadas, ao mais alto nível, sob pena de se perder por completo a autoridade militar. Refira-se também que o actual CEME, general Carlos Fa-

bio foi das figuras mais contestadas nesta reunião.

E a partir daqui?

É inegável que determinados passos foram dados que alteram substancialmente a situação militar e, conseqüentemente, a correlação de forças políticas. A experiência recente mostra que não é suficiente a aprovação de esquemas legais ou organizativos para que se garanta a estabilidade do poder, qualquer que este seja. Portanto, é de esperar que a estas decisões se sigam outras, nomeadamente no campo da reestruturação das F.A. de modo a se poder corresponder ao tipo de análise que é feita pelos comalheiros e pelos chefes militares. Dessa seqüência dependerá a validade operacional das últimas medidas e a garantia de autoridade que é exigida pelo Primeiro Ministro para se responsabilizar pela acção governativa e pelos chefes militares para poderem continuar a ser comandantes efectivos.

Mas não será fácil atingir esses objectivos, como se pode ver noutro texto, sobre o mesmo assunto que se publica na pag. 4.

Semana Nacional

Otelo e Coutinho visitaram a Suécia

DEPOIS de Cuba o general Otelo Saraiva de Carvalho e o Almirante Rosa Coutinho visitaram oficialmente a Suécia a convite do primeiro-ministro social-democrata Olof Palme que foi alvo de uma campanha, encabeçada pelo partido Conservador sueco. Os oficiais portugueses aproveitaram a visita para explicarem e traçarem uma panorâmica global do desenvolvimento da evolução política e económica nacional, confirmando também as suas posições pessoais relativamente à evolução do processo revolucionário. Aproveitaram o ensejo igualmente, para sublinhar a necessidade de auxilio económico e técnico estrangeiro, em particular da Suécia.

Em entrevista concedida à televisão sueca Otelo afirmou entre outras coisas, que estava pronto para fazer um novo golpe de estado em Portugal se houver uma nova viragem à direita.

Em afirmações proferidas à chegada a Lisboa os dois oficiais consideraram que a Suécia é um país bastante diferente de Portugal, o que implica uma maneira diversa de traçar a revolução, ou seja, que o modelo social-democrata aplicado na Suécia não tem cabimento na estrutura sociológica nacional.

Recontros entre MRPP e PCP

DURANTE dois dias consecutivos registaram-se em Lisboa, no Largo do Rato recontros entre militantes do MRPP e do PCP. O primeiro incidente verificou-se na madrugada de quinta-feira passada quando um grupo afecto ao PCP se dedicava a arrancar os cartazes referentes ao I Congresso Nacional das Comissões de Trabalhadores juntamente com propaganda do MRPP e procedia a colagens alusivas a uma realização do seu Partido. Então um grupo de afecto ao MRPP impediu-os, expulsando-os do Largo. Momentos volvidos a brigada de colagens do PCP regressou reforçada ao local tendo um dos seus componentes dispersado uma pistola de guerra de calibre 7,65 ferindo quatro pessoas uma das quais, ao que parece, gravemente.

Na madrugada de ontem e pelos mesmos motivos voltaram a registar-se incidentes no Largo do Rato. Desta feita as forças em presença eram mais numerosas estimando-se as afectas ao PCP em cerca de 200 elementos armados de capacetes e barras de ferro, suspeitando-se ainda de outros com armas de fogo.

Quando a confrontação se avizinhava surgiu no Largo do Rato uma força da PM que se interpoziu entre os dois grupos. Duma ambulância que circulava na Avenida Pedro Álvares Cabral, ao que parece, partiu um tiro de pistola que se foi cravar na parede da sede central do MRPP. Os soldados da PM julgando que os tiros lhe eram dirigidos e que eram os militantes do MRPP que estavam armados, carregaram sobre estes vindo a registar-se alguns feridos ligeiros. Seguidamente a PM dirigiu-se ao Largo do Rato e dispersou também a brigada do PCP.

Incidentes no Rossio

AO PRINCÍPIO da noite de quarta-feira registaram-se no Rossio incidentes entre refugiados das ex-colónias e elementos da Polícia Militar. Ambas as partes se acusam mutuamente de terem provocado a confrontação. No dizer dos soldados da Polícia Militar, estes teriam sido insultados por alguns indivíduos exaltados enquanto os retornados referem que um «jepe» daquela unidade teria passado tangencialmente, em manobras consideradas provocatórias, junto a um grupo de populares que se encontravam na beira do passeio.

Os incidentes ganharam outra projecção quando outros transeuntes tomaram posição pelos militares da Polícia Militar começando, ~~com~~ a crescer de hostilidade mútua. Registaram-se algumas feridas ligeiras e a Polícia Militar efectuou algumas detenções. A multidão que entretanto se foi aglomerando dispersou-se após se terem verificado disparos para o ar.

Deficientes não cedem...

À HORA a que encerramos esta edição, prossegue a luta dos deficientes das Forças Armadas, que continuam a ocupar a Emissora Nacional e a formar barragens às entradas e saídas das auto-estradas e ponte sobre o Tejo.

Segundo nos informou um membro da comissão coordenadora da luta, os deficientes não cederão um passo, enquanto não for publicado o Decreto-Lei que consagrará o respectivo caderno reivindicativo. Como se sabe, o Conselho da Revolução deliberou transferir o problema para o Governo, que se encontra agora debruçado sobre o assunto. Note-se, no entanto, que só o PPD e PS continuam silenciosos acerca dos deficientes das Forças Armadas, os quais já receberam grande apoio de numerosas comissões de trabalhadores, moradores e organizações partidárias.

Em comunicado distribuído ontem, os deficientes contestam energicamente o comunicado do Ministério da Comunicação Social, pelo facto desse tentar iludir o povo, ao afirmar que a sua luta é contra-revolucionária.

Entretanto, segundo o mesmo comunicado, o respectivo Decreto-Lei já teria merecido todos os pareceres favoráveis das várias entidades militares e inclusive a aprovação na generalidade da Comissão Militar do Conselho da Revolução.

Explosivos rebentam na viatura que os transportava

CERCA das 23 horas de quinta-feira um Audi, roubado de uma garagem em Trancoso, explodiu perto do cruzamento da estrada da Beira Vista, na Serra do Monsanto. A explosão devida ao rebentamento de uma carga de plástico deveu-se, segundo fontes militares, a uma má manipulação do explosivo.

Segundo as mesmas fontes o carro encontrar-se-ia estacionado, devendo os seus ocupantes estarem a montar na carga o sistema de rebentamento. Uma manobra errada na montagem do circuito eléctrico poderia, segundo supõem, ter estado na origem da explosão.

Parece estar posta de parte a possibilidade de asargas se encontrarem junto à estrada. O indício que levava a supor isso, a carga que não rebentou, está ultrapassado uma vez que se verificou ser a origem desta carga plástica diferente da que rebentou. Na realidade a segunda bomba era constituída por plástico lento (comercial), portanto menos sensível, pelo que teria escapado ao rebentamento.

Rede do ELP descoberta em Colares?

OS SERVIÇOS de Informações Militares descobriram na quinta-feira, numa vivenda junto ao mar, perto de Colares grande quantidade de explosivo plástico (80 quilos) bem como quantidades grandes de cordão detonante, granadas defensivas e ofensivas, munições de calibre de guerra, máscaras antigás e outro material.

Segundo se apurou o explosivo encontrado foi roubado tempo atrás em Sines, roubo esse que teria muito provavelmente a convicção de alguém com possibilidades de acesso ao local.

Na vivenda onde o explosivo foi detectado foram capturados dois indivíduos novos, admitindo-se que se trate de indivíduos pertencentes a meios sociais elevados.

Para a sua actividade os referidos indivíduos utilizavam várias coberturas. Na vivenda foi ainda encontrado equipamento completo de mergulho, incluindo garrafas de ar pressurizado.

Dicotomia e Autoridade

AS ESTRUTURAS PARALELAS parecem ser, agora, a panaceia para resolver (ou disfarçar?) uma crise política militar que para muitos acabou com a queda de Salazar. Mas a situação de guerra interior, se eterniza e ameaça levar mortalmente a revolução.

Há semanas, em plena vigência do V G.P., era Melo Antunes que procurava formar um Governo Fabião, destruído, aliás, pelo seu titular antes mesmo de nascer. Desta vez, surge o AMI, para fazer o que o COPCON não faz, mas o COPCON mantém-se (provavelmente para fazer o que o AMI não fará). Depois de se ter procurado, em em muitos casos, conseguido, das mais distintas maneiras — o Norte e o Sul, os comunistas e os anti-comunistas, os reacçãoários e os revolucionários, os "bons" e o "maus", enfim — dividir o país em dois, a dicotomia refina-se, sofisticada-se, atinge áreas específicas da vida política e militar. Por este andar, já ninguém se espantaria que, dentro em breve, houvesse bancos de jardim, transportes colectivos, seguros ou contas bancárias para "bons" (que os outros consideram os "maus") e para "maus" (que a si próprios se reconhecem como os "bons"), que houvesse dois Telejornais, duas Emissoras Nacionais e, finalmente, dois Portugais, separados pelo Tejo, pelo Mondego, um por um "paralelo 38" que se inventaria.

Para além dos aspectos surrealistas que tudo isto tem (mas não é no surrealismo que nos habituámos a viver?), a dicotomia, detectável a todos os níveis em Portugal, hoje, representa, acima de tudo, o reflexo da luta pelo poder que, com maior ou menor aparato, tem vindo a ser travada desde o 25 de Abril.

Luta que tem passado pelas fases mais diversas, mas que só agora começa a mostrar os seus verdadeiros contornos. Luta que, mesmo quando pareceu adormecida e embalada pelos cânticos e louvores à unidade, nunca deixou de existir no segredo dos bastidores, no estabelecimento das táticas ocultas, na contagem e recotagem das forças. Luta que, pela intensidade cega com que tem sido vivida e disputada, levou o país ao estado de falência económica e de insegurança política em que se encontra.

Um dia, haverá que descobrir e punir os responsáveis pela situação de facto a que chegámos. Esses responsáveis existem e terão de pagar pelos azares prejulzos que a sua ambição pessoal, o seu aventureirismo e a sua incompetência causaram à Nação que é de todos nós.

Antes, porém, é necessário tornar este país governável. Não é destruindo tudo só por destruir, não é reivindicando para já o que se sabe ser só atingível daqui a alguns anos, não é acobardando-se e não exercendo os direitos e deveres dos cargos, militares e civis, que se ocupa, que a revolução será viável e o socialismo um dia alcançável. Não é desprezando o país real e a vontade e o bom senso da maioria dos que dele se recusam a sair nem é consentindo às minorias que façam tudo o que muito bem entendem que se conseguirá a união e participação da maior parte dos portugueses em torno de um projecto de reconciliação democrática e de salvação nacional.

A questão básica é a da autoridade do VI Governo Provisório e do Conselho da Revolução. Não para proporcionar uma viragem à direita, mas para garantir a esquerda possível, para assegurar a revolução desejável, para tirar o país do fundo do abismo onde se encontra. Nesse sentido, a criação do AMI, apesar de toda a sua tímida ambiguidade, pode ser um primeiro passo importante, desde que, como é óbvio, se não transforme, pelos métodos e pelos objectivos, na antiga polícia de choque.

Mas muitos outros passos terão de ser dados com grande rapidez, bastante coerência e um mínimo de coragem. E que as pessoas já estão fartas. Fartas de declarações absurdas dos omnipotentes chefes militares. Fartas das doses diárias de intoxicação que muitos dos meios de comunicação social lhes impingem. Fartas de um poder popular manipulado e usufruído apenas por uns tantos. Fartas dos oportunistas, dos neo-tachistas, dos pseudo-esquerdistas, dos promovidos "a salto". Fartas de um país que não funciona, de uma economia que está de rastos, de uma vida social em que a inveja e a delação andam de braço dado com as tensões e os atritos permanentes.

Quando as pessoas se fartam, quando começam a interrogar-se sobre se a revolução será mesmo revolução, o problema já não se põe apenas em termos brandos de cansaço de consciência ou de correção de desvios. Coloca-se, sim, em termos de acção imediata, de eficiência, de realismo e de ousadia.

Se essa acção falhar, tudo falhará e poucas hipóteses haverá de continuar a falar de democracia, de pluralismo e de socialismo. A saída mais provável será a recaída na ditadura. Com grande gáudio, claro, dos adeptos nacionais e estrangeiros, do regime deposto.

SOUZA, *Manuel Rebelo de*

Agravada a desestabilização política

Marcelo Rebelo de Sousa

UMA SEMANA depois de formado o VI Governo Provisório, atinge a sua máxima expressão a desestabilização da vida política portuguesa.

Esta desestabilização resulta da confusão de dois factores opostos e da tática dupla de um terceiro.

Os factores opostos são a esquerda revolucionária e organizações contra-revolucionárias. O terceiro é o PCP.

Claro que as motivações dos ataques violentos da extrema-esquerda e da direita ao poder constituído são totalmente contrastadas.

A primeira acusa o VI Governo de traizão, uma viragem à direita, e sobretudo teme medidas que a privarão em parte de voz activa na informação (R.R. e República), e nas F. Armadas.

A segunda, só "pende com" um Governo que resolva, em vez de "aguardar", os sectores da "vida política, social e económica".

Só que, "et pour cause", os meios escolhidos por ambas são necessariamente opostos.

A extrema-esquerda tem con-

centrado a sua atenção prioritária na informação e no MPA. Naquela, porque constitui uma via particularmente qualificada de expressão política, no MFA, por que, se há um dado hoje indiscutível em Portugal, ele é o de que o poder se encontra na ponta das balanças, restando saber quais.

O Governo (o VI como o de-mak), só poderá sê-lo se o contrato militar lhe garantir o mínimo de apoio às suas linhas políticas e de exequibilidade às suas decisões.

Logo, hoje mais do que nunca, o destino político da sociedade portuguesa joga-se nas Forças Armadas.

Isso mesmo ficou claro nas palavras de Otelo Saraiva de Carvalho, ao partir para a Suécia: o poder militar chamara à ordem, por antecipação, o poder civil, para lhe recordar que, em tempo de revolução, uma boa lei não vale uma má chantagem. Mesmo que a chantagem seja mesmo operacional do que possa parecer.

A nível de informação, a extrema-esquerda beneficia de uma convergência com o PCP — na

sua faceta de partido de semi-oposição. Ambos têm a perder com a concretização do programa de alteração de orientações e chefias.

Assim, os casos Remação e República são um bom teste para comprovar a força exacta da extrema-esquerda.

Nesse jogo com muito empenho a UDP, e também a FUR.

Ao PCP interessa sobretudo a situação dos órgãos de informação pública.

A violação da ofensiva nos meios de comunicação social pode ser traduzida em alguns sintomas. — a pruma com que os órgãos dirigentes do PCP se desarticulam do acordo assinado por representantes do seu Partido com o PS;

— a existência, para já, de dois ministros e um Secretariado com funções de representatividade do sector;

— a aproximação tática do MRPP da UDP no Secretariado dos Comités de Trabalhadores dos jornais, ao mesmo tempo que, a outro nível, o MRPP prossegue a sua política de alianças tendo por "inimigo principal" o PCP.

Forças Armadas — núcleo do impasse

Uma certa soberania triunfalista na divulgação da direita contra-revolucionária veio reforçar os avisos da extrema-esquerda e do PCP contra os perigos de avanços direitistas.

Mas o núcleo do actual "impasse" político português reside nas F.A.

Nela — mais até que no plano civil — jogam hoje extrema-esquerda e PCP.

Foi, desta modo possível que sucedessem, quase instantaneamente, factos como os que se seguem:

— desaparecimento de armas,

depois reivindicado por um oficial que se declarou na clandestinidade;

— actuações de grande amplitude da ADFA, dando a sensação de afinidades ideológicas com a UDP, e realizando "golpes de mão", e realizando "golpes de mão", podendo constituir um bom campo de experiência para o futuro;

— criação de estruturas paralelas revolucionárias a nível militar;

— transferência das SUV do Porto para Lisboa, coroada por uma enorme manifestação de massa;

Se na ADFA parece avultar a afinidade com a UDP, nos SUV avulta para muitos observadores o papel do PCP.

É, tal como em muitas outras

iniciativas de estruturas paralelas, gosham nova dinâmica os resultados, em cada unidade, da primitiva 5.ª Divisão do EMGFA. Dir-se-ia que, suspenca esta a nível central, ela reconstitui-se a partir de elementos seus.

Talvez por isso a manifestação dos SUV tenha coincido, no tempo, com a reunião do Conselho da Revolução anunciada para estudar o destino da 5.ª Divisão.

A libertação dos dois detidos na Trafaria e a posição das principais autoridades politico-militares pode querer dizer que, pelo menos na Região Militar de Lisboa, o equilíbrio de forças dentro do MFA é manifesto.

O que pôs logo em causa pontos importantes do programa do VI Governo Provisório.

A direita e os petardos

Ao mesmo tempo que se avoluma a ofensiva da esquerda radical no MFA, a frente contra-revol-

ucionária recorre a bombas, ou melhor dizendo a petardos.

Mais preventivos do que vitoriosos, esses actos remetem que ao Sul, e particularmente em Lisboa as organizações de direita extrema têm fraca implantação,

ao contrário da tendência noutras zonas do país. Só se recorre ao petardo, em regra, em regiões onde o apoio da massa é escasso.

Entretanto, anuncia-se o início de emissões radiodifundidas do MDLP para Portugal.

A tática dupla do PCP

Simultaneamente, não parece difícil adivinhar, por detrás dos recentes incidentes ocorridos em Lisboa com retornados de Angola, que estes poderão tender a ser crescentemente no futuro um elemento disponível a utilizar pela extrema-direita.

A sua situação sócio-económica, o conjunto de recalcamentos em relação ao poder, o seu pendor político genérico, e o seu número poderão ser instrumentalizadas por organizações de direita, sobretudo se, em momento anterior, os principais partidos não concentrarem planos de apoio e enquadramento satisfatórios. (Neste particular, aliás, o PPD foi o primeiro a instalar um serviço de apoio permanente aos retornados). Talvez por isso mesmo, a pasta de Secretário de Estado para os Retornados, no Ministério das Assuntos Sociais, foi uma das mais disputadas entre o PS e o PPD.

A tática dupla do PCP

No nosso artigo de há duas semanas preferíamos, por antecipação, o que nos parecia que viria a ser a tática a adoptar num futuro próximo pelo PCP. Quinze dias depois não já múltiplos os sinais de que este partido, querendo estar no governo, quer também manter as mãos livres para poder actuar como partido de oposição.

Embora por vezes se ponha o acerto tónico num certo monolitismo extremo do PCP, os observadores têm de admitir que a ortodoxia do seu comportamento político se reporta essencialmente aos grandes objectivos programáticos e ideológicos. No que respeita aos meios — estratégias e sobretudo táticas — o PCP tem revelado uma maleabilidade sem limites, acatando no dia seguinte o que repudiara na véspera, e recusando aquilo que antes tinha perfilhado. Sêmo de exemplo a sua conduta na Assembleia Constituinte. Quando se discutiu, longamente, a questão da adopção de um período de Antea da Ordem do Dia, o PCP fez questão de se pronunciar frontalmente contra ela,

decorrendo desta sua posição que os deputados comunistas não usariam da palavra no período de Antea da Ordem do Dia para fazerem intervenções sobre temas de actualidade política interessando à elaboração da Constituição. E o PCP aduzia, além do mais, o argumento ponderoso do atraso dos trabalhos constituintes.

Mais tarde, invocando o abuso a que estava a prestar aquele período, os deputados comunistas deliberaram só assistir à parte da Ordem do Dia. Eis senão quando se forma o VI Governo e o PCP pretende passar a uma posição de semi-oposição. Os deputados comunistas regressam ao hemiciclo, com a mesma calma com que o tinham abandonado no período de Antea da Ordem do Dia. Ressalvam então a sua anterior exposição de princípios, e explicam que o retorno se deve ao facto de o PCP estar a ser objectivo de violentas diatribes na Constituinte, nem que os atacados, ausentes, se pudessem defender.

Este foi o principal argumento apresentado para uma mudança de 180 graus da atitude parlamentar do PCP.

Simplemente, quando se esperaria que, em consonância com esta declaração, o PCP se queixasse, no período de Antea da Ordem do Dia, pela resposta às críticas e aos ataques alheios ele passou ao ataque. Ficou portanto claro que a razão que presidiu à alteração do ponto de vista fora outra bem diferente.

Assim, no tempo em que o PCP funcionava como Partido de governo, apoiando Vasco Gonçalves e o V Governo Provisório, convinhos não estar presente para não ter de desempenhar uma tarefa ingrata, ou pelo menos fastidiosa, como é sempre a de defender "a outrance" o poder constituído.

Agora que pretende passar a uma certa oposição, o PCP tem todo o interesse em aproveitar o período de Antea da Ordem do Dia.

E tem-no feito de uma forma cautelosa mas clara: ao mesmo tempo que vai afirmando o seu apoio discreto ao VI Governo, vai também iniciando ou apoiando ofensivas contra certos sectores desse mesmo governo (para já o da Agricultura).

Este tipo de intervenção tem-se

caracterizado pelo tom de equilíbrio com que se pretende com duas posições difíceis de jugá-las: a de estar com o governo, e a de estar com o

Exemplo típico foi a intervenção do Octávio Pato, — presidente do "Marchalhão" — que regressou, pouco tempo, ao hemiciclo de Bento Paralelamente, o PCP como alvo predominante, a semana passada, o PPD facto deve ter resultado no intuito de querer fazer um ponto entre o 28 de Setembro de 1975 (como parecia a primeira do que de uma hábil pretensão querer tirar algum proveito, particularmente, pelo por que passa o PPD em nome de um Conselho Nacional).

Mas, não tem sido só o intuito que o PCP tem se mais claramente a sua do partido de oposição, isso verificado sobretudo em ações de comunicação social, como as Armas e no intuito de certos sectores profissionais.

Como já nos referimos as posições do PCP nos dias de informação pública e da MFA, vale a pena aludir a esta última questão.

Nela tem avaliado o peso das acusações de vários lados do Alentejo, em termos da Agência.

Trata-se de um domélio ao contrário de outros, e nunca parou o seu "dia".

A tentativa de greve geral antecedeu a formação do VI

foi um sinal e foi também um logo de seguida, prome- até acalrava-se o ritmo de

(ção de propriedades no Alentejo. Ao mesmo tempo, os sinais

representativos dos trabalhos, alentejanos tem que notori-

o PCP tem um papel de destaque, passaram à ofensiva revidada.

E, assim, ainda mesmo assim, estar constituída e ter

possa a equipa governativa no sector da agricultura, já os sindicatos estigiam, entre as coisas, um crédito global se de

o milho e trumentos má de (ameaçando com medidas técnicas de estranqueamento a banca), e que a Secretaria de

da Reestruturação Agrí-



Agravada a desestabilização política

cargo de um comunista, concentrando-se em actividades de serviço ao Ministério.

No período de férias, os comunistas realizaram o seu trabalho, em Évora, quer as Constituintes, quer nos órgãos de informação, e tomaram muito cuidado de alguma maneira já se iniciava por antecipação a nova equipa governativa, ao mesmo tempo que se passavam dados em matéria de ocupações visavam pô-la perante situações de facto consumado.

É tal a importância que assume, neste momento, a questão da situação no Alentejo para o PCP e a sua estratégia - apresenta-se que o comício de hoje no 1.º de Maio tem como tema fundamental precisamente a Reforma Agrária.

Outro ponto a notar é uma certa convergência PCP/UDP nesta matéria. Ainda, também, a UDF comemora o 25 de Setembro, amanhã com o pensamento na Reforma Agrária.

Outro sector em que o PCP deu já um aviso de que podia passar a oposição foi o das indústrias metal-mecânicas. A greve da passada quarta-feira foi um aviso, e um aviso sem duplo sentido. Um aviso em termos gerais, como que a recordar que o PCP tem um peso considerável na cintura industrial de Lisboa. Um aviso, específico,

por outro lado, na medida em que ocorreu no preciso momento em que o PCP reivindicava a saída do ministro da Indústria e do Comércio da Saúde, e a substituição dele por um comunista, de quem se esperava a criação do PS e do PPD.

E o VI Governo?

Entretanto, uma semana depois, fica finalmente completo o VI Governo Provisório. Depois de longas conversações cheias de pontos de atrito, foi possível concluir a lista dos secretários de Estado.

As principais divergências foram as seguintes:

— O PCP queria a Secretaria de Estado do Trabalho, e o PS fazia ficar, pé absoluto, em sentido contrário, querendo-a para Marcelo Curto, e rejeitando o PCP para o emprego;

— O PCP queria uma Secretaria de Estado na Indústria, ao que se opunham PS e o PPD, sendo-lhe oferecida em troca a do Turismo, para que inicialmente fosse lodigado um PPD;

— Disputa-se-se os Secretários de Estado do Ministério da Educação deviam ser constituídos ou independentes;

— O PS pretendia a Secretaria de Estado dos Retornados e o PPD

oferecia-lhe a Segurança Social para o demorê de instantes.

— O PCP queria comissários que tivessem um carácter mais técnico, e não de Estado, na Administração Interna, a fim de afastar os socialistas.

— O PPD queria a Secretaria de Estado da Emigração.

O resultado deste cuidadoso acordo governativo de negociações foi que cada partido acabou por alcançar as pastas que constituíam os seus primeiros objectivos, e quer o PPD quer o PCP obtiveram um número de lugares de Secretários de Estado superior ao que corresponderia à proporção dos ministros por partidos.

No entanto é bem de vez que a questão fundamental que se põe ao VI Governo Provisório está longe de ser a da estrutura e titularidade das Secretarias de Estado.

O problema de fundo é saber se o VI Governo tem condições políticas para executar o seu programa, ou se a desestabilização em curso perturba qualquer significação dentro de muito pouco tempo.

15 dias é o prazo que muitos observadores dão a este Governo para que fique claro se pode ou não governar.

Como é evidente, grande parte das condições políticas passam pelo cenário militar, que o mesmo

é dizer pela clarificação da situação da MFA.

Neste contexto se compreende a importância estratégica que pode assumir a situação da MFA, tal como condiciona a situação do VI Governo Provisório.

Passados 15 dias, será então impossível de responsabilidade governativa; os partidos (mas, empenhados ao Governo) o PPD podem não sustentar a sua lista ou o reconhecimento de que é inviável o actual governo e o longame se comprometer ou a resposta à desestabilização. Ao VI Governo, com uma desestabilização que lhe possa parecer favorável.

No caso de ser seguida, esta segunda linha, reconhecer-se-iam como maior gravidade situações de tensão no norte e no centro do país, bem como as ilhas.

É neste momento que se extremam as divergências entre os dois grupos, e a situação responde à instabilidade, com a instabilidade da situação política de autoridade, desmoronando-se legitimada e claramente apoiada pelas Forças Armadas.

Mas também por isso a situação revolucionária, tal como o falhanço do VI Governo, e o recurso, pelo PS e pelo PPD, a demonstrações de força em muitos pontos do país, constituindo uma primeira porta aberta para o alargamento dos seus ataques políticos, com vista à conquista do poder.

Expresso

75-09-27

8

ANDRINGA, Diana
MACEDO, Carlos

NA NOSSA página de opinião damos esta semana a palavra a DIANA ANDRINGA, jornalista, com largo passado de luta antifascista, que toma do seu ponto de vista, posição sobre a actual situação da Imprensa e a CARLOS MACEDO -actual Secretário de Estado da Saúde que analisa, a actual crise político-militar que o país atravessa.

Nem mais um tostão para a Imprensa vendida

Diana Andringa

«AGORA sim, vamos aprender a escrever!», afirmaram, com largos sorrisos no rosto, os jornalistas portugueses, a 26 de Abril de 1974. Os mais bem falantes citaram mesmo a «aprendizagem da liberdade». É na prática?

Na prática, as redacções, mais fascista, menos fascista, ficaram na mesma. Tirados os mais notórios, substituídos as chefias, escondidas em gavetas bem fundas as listas dos «hoorados democratas» que recebiam aversões de César Moreira Baptista e, possivelmente, de alguns funcionários de António Maria Cardoso, dos fura-lutas e dos oportunistas, a «informação» fazia a sua transição pacífica para o «socialismo à portuguesa». E começavam as lutas de infâncias...

Dessas lutas, uma constante: os elementos do PcS saliam, indignados, de um jornal PcS que lhes «coartava a liberdade de expressão» e que se tinham conseguido manter sempre empregados nos tempos do fascismo.

Nalazar martelada havia liberdade de expressão ou seria a expressão, em última análise, a mesma? Os elementos do PcS abandonavam, também indignados, o jornal PcS que idem (e o parêntesis também é idem) e todos acabavam, sempre, no emprego. No desemprego iam ficando os elementos não afectos aos partidos da coligação, jornalistas e outros trabalhadores que, esses sim, tinham conduzido lutas, nem sempre conseqüentes, contra a Censura interna e oficial, contra o patronato. No desemprego iam sendo lançados alguns novos trabalhadores que, acreditando na tal «aprendizagem da liberdade», tinham feito notícias isentas sobre lutas justas de trabalhadores.

Mais tarde «fugoso lutador pelas liberdades», o PcS abriu a lista, despedindo Aná Regala, um simpatisante do MRPP que fizera uma notícia considerada demasiado favorável à luta dos trabalhadores da «informação». Seguiram-se, ao sabor das tendências dominadas, o despedimento de Almeida Fernandes e Margarida Silva Dias do «Diário de Lisboa», dominado por elementos afectos ao PcC/P, a saída de elementos deste último do «República», dominada pelo PcS, a sucessiva dominação do «Diário de Notícias» por «socialistas» e «comunistas» — sempre, saliente-se, sem que os fascistas fossem saneados, o afastamento, para trabalhos menores, de vários jornalistas de «O Sécuro» e «Diário de Lisboa» não afectos ao partido social-fascista e, finalmente, o aproveitamento por alguns grupos políticos das justas lutas dos trabalhadores da «República» e da «Rádio Renascença», que continuaram a esquecer algumas lutas de trabalhadores e correntes antifascistas, ao contrário das suas proclamações e da vontade dos trabalhadores...

Na altura do «caso República», o PcS esqueceu o caso Regala para verberar a posição sectária dos trabalhadores — e mostrou logo, claramente, que «partido da classe operária» sim, mas... controlo operário à parte, «não vá o sapateiro acima do sapato», que história é essa de porteiros, mulheres a dias, telefonistas e tipógrafos terem a sua palavra a dizer sobre a prosa (e a prosopia) dos «senhores jornalistas»?

Quanto ao PcC/P, esse, era fervorosamente a favor do controlo operário: desde, claro, que não ouzasse tocar na sua informaçãozinha, e a «informação» vendida que os seus jornais, as suas estações de Rádio, a

sua RTP, todos eles, aliás, pagos pelo Povo, produziam.

Mas eram todos partidários da «liberdade de imprensa» — sempre ameaçada por ferozes inimigos, «os outros»: os seus parceiros de coligação e de classe... Assim, quando o PcC/P, pela voz dos comandantes Correia Jesuino e Ramiro Correia (Ministério da Comunicação e 5.º Divisão), propôs a censura militar sobre as notícias da guerra em Angola, a justa luta dos trabalhadores da «informação» verdadeiramente democratas, patriotas e antifascistas, que decidiram boicotá-la na prática e forçar a sua retirada, encontrou no PcS um fervoroso adepto. Era o social-fascismo, a imposição de uma nova censura militar, fascista, diziam os trabalhadores — e o PcS concordava. O mesmo com o sinistro projecto Jesuino, tão imediata e veementemente repudiado pelos trabalhadores da «informação» que o seu próprio autor se viu forçado a defendê-lo em termos de que não era senão um projecto, e ainda por cima não era mais, o C/R, também o subscrescia...

Mas mudam-se os tempos... e são elementos mais afectos ao PcS que promulgam o decreto constitucional fascista dos 4 Generais. Então o PcS balbucia, através do seu jornal «A Luta», que é a manutenção da ordem que está em jogo e, por fim, forçado pela impetuosa corrente do movimento popular contra o decreto, esboça tímidos protestos. Entretanto, o PcC/P, «paladino súbito da liberdade que um mês antes ameaçava e, na prática, diariamente suprime, «lutador infatigável» contra a mesma censura que propunha nos tempos áureos da 5.ª Divisão, sai à ligeira contra o decreto, disfardado de lutador antifascista

e aceitando tudo, intercomités de trabalhadores (que muito custam a engolir os «comunistas» da Comissão de Trabalhadores do D. N.), controlo operário (contra o qual votam os seus membros nas Assembleias Gerais do Sindicato de Jornalistas), desde que possa passar de novo por antifascista, deixando mais poeira nos olhos já atentos das massas, tentando fazer esquecer que sempre actuara como fascista e teve cuidado em militar o saneamento destes fazendeiros apenas os estritamente indispensáveis para se apoderar do poder e calar os democratas, patriotas e antifascistas que exigiam o saneamento...

Menos de um mês depois, no entanto, golpe de teatro: PcS e PcC/P, os dois «arquitectores» da liberdade de «informação» (contra o parvo), reúnem-se para cozinhar, no silêncio alcaicado dos gabinetes dos seus partidos operários, um acordo sobre «informação», que não é mais do que o fim de qualquer hipotética liberdade de imprensa, amarrando esta, de pés e mãos, aos interesses dos partidos políticos da burguesia e provando, a quem quiser ver, que as várias facções da burguesia se combatem pela hegemonia da contra-revolução, mas se unem contra a Revolução, contra o sacro de massas que a prepara.

Forçado a cedências pelo seu crescente isolamento e pela necessidade, para melhor servir o social-imperialismo, seu amo, de manter lugares no Governo, o partido «comunistas» tenta com esta manobra, como o partido socialista e todos os partidos da burguesia, opor-se à transição crescente para o controlo operário na «informação», controlo esse defendido pela direcção do Sindicato de Jornalistas (que pareciam ser, de todos os

trabalhadores da «Informação», os menos predispostos a ver a sua produção controlada pelas Comissões de Trabalhadores), pelas decisões de Assembleias Gerais da «Informação», e pelo Secretariado Executivo das Intercomissões de Trabalhadores ligadas à Informação e disposto a passar à prática em vários jornais, entre os quais, e em primeiro lugar, o «Jornal do Comércio» enquanto que, nos outros órgãos de Informação, as Comissões de Trabalhadores começam já a influenciar a publicação ou suspensão de notícias.

E é ver, nessas assembleias, os dois partidos burgueses rivais a votar em conjunto contra propostas defendendo o controlo operário como única forma eficaz de colocar a «Informação» ao serviço do Povo... É que ambos têm clara consciência de que a «Informação» é um campo privilegiado para a demonstração da justiça da tese apresentada por Arnaldo Matos, secretário-geral do MRPP na 1.ª Conferência da zona Ribeiro Santos daquele Movimento: «A burguesia promulga leis que já não consegue fazer cumprir, e o proletariado cria leis que ainda não pode promulgar» — e nem um só dos vários decretos e projectos fascistas da «Informação» conseguiu passar à prática, enquanto o controlo operário se prepara para colocar a «Informação» ao serviço do Povo...

Segundo a lista sindical que veio a ganhar as eleições no Sindicato dos Jornalistas, para que a «Informação» venha a servir o Povo é necessário que seja controlada pelos trabalhadores e aberta a todas as correntes antifascistas que não callem as lutas dos trabalhadores (o que pressupõe o silêncio dos social-fascistas, os principais canalizadores da luta da classe operária e do campesinato). Tese esta que, embora aprovada pela maioria dos trabalhadores da

«Informação», como parece comprovar o facto de esta lista ter obtido a vitória, levanta grandes e metafísicos problemas aos jornalistas afectos aos grupos neo-revisionistas que vêm, sistematicamente, em cada assembleia, colocar a dúvida: «E a social-democracia?» Dúvida que agitam, como pedras de brega, protegendo, afinal, aqueles que em palavras dizem combater, os social-fascistas do partido de Cunha. E que, na verdade, falam do perigo da social-democracia quando o aparelho de propaganda, os principais órgãos de imprensa, Rádio e TV, estão nas mãos do partido «comunista» português, tem singulares e comovedoras analogias com a história de um médico que, vendo o seu doente em riscos de morrer de cancro, se afadiga-se em dar-lhe remédios contra... a paralisia. Mas os «heróicos» combatentes contra a social-democracia recusam-se a ver essa evidência e, assim, vão sempre protegendo de escorregar que merecem os seus aliados social-fascistas, agitando o espantinho de outros perigos que, até à assinatura deste acordo, eram de facto irritórios.

E enquanto alertavam para o perigo da social-democracia (que se já mordendo de inveja por ter tão pouco do aparelho de propaganda nas mãos) e do fascismo que grassava por pequenos pasquins do continente e ilhas, iam impedindo e atrasando a única forma consequente de lutar contra o fascismo, a saber: lutar contra o social-fascismo que sempre o protegeu, que se opôs ao controlo operário, ao armamento organizado do povo através dos órgãos de vontade popular, enfim, à verdadeira via portuguesa para o verdadeiro socialismo, iam abrindo caminho àquilo a que agora assistimos: a tentativa de partilha da Informação pelos partidos da burguesia, contra o controlo operário que di-

ziam defender, e o avanço dos fascistas nessa mesma «Informação».

Na verdade, é «O Jornal», órgão que nenhum desses senhores se lembrara de atacar porque parecia tão EMEÉFIA e se solidarizava tanto com a agitação social - fascistas contra o MRPP de 28 de Maio de 1975, que surge a primeira entrevista com um fascista conhecido, que declara estar a preparar-se para passar o Natal a comer rabanadas em Portugal, depois de ter morto alguns milhares de compatriotas, para o país ficar mais calmo. Entrevista feita com um jornalista responsável por graves provocações a um partido patriota e antifascista, o MRPP: Hernâni Santos. Que um jornalista capaz de manter um sorriso enquanto entrevista Alpoim Calvão seja considerado um bom profissional, e não um homem de direita, parece já não espantar neste país em que a maior parte dos profissionais fascistas ficaram nos seus lugares de emvenenadores da opinião pública, depois de, com uma leve autocritica e uma actualização do vocabulário (poderiam chamar-lhe reciclagem), terem mudado o seu fascismo para social-fascismo... mas ainda me espanta. Que jornalista «consciente» e sensivele seja entrevistar um fascista sem «partir pris», custa-me um bocado a engolir. Nossos jornais, mais acusados de direita e cujos trabalhadores têm mais sido acusados de pactuação com o petrodólar, foram recusadas pelas Comissões de Trabalhadores entrevistadas com notórios fascistas... E só as Comissões de Trabalhadores democraticamente eleitas e livremente revogáveis, como órgãos da vontade dos trabalhadores, podem opor-se eficazmente quer ao fascismo quer ao social-fascismo, e colocar a Informação ao serviço do Povo, pelo exercício consequente do controlo operário. Controlo esse

que não significa, como todos os oportunistas tentam fazer crer, controlar «tudo menos a «Informação» mas controlar SOBRETUDO a Informação. Que as administrações e direcções seriam de felicidade enquanto as Comissões de Trabalhadores resolvem problemas de crédito, empréstimos e papel, convicções que estão a servir o Povo e a Revolução, e se mantêm alheadas daquilo que mais interessa controlar, a «informação» veiculada, nada me parece mais perigoso e lamentável, como uma chance dada a essa mesma «informação», a essas mesmas administrações.

«Nem mais um tostão, nem mais um grama de papel, para cercar-me a justa palavra de ordem. As Comissões de Trabalhadores cabe verificar o conteúdo da «informação», cabe o abrir de «informação» às correntes antifascistas, às lutas dos trabalhadores, e o seu enforçar a fascistas e outros canalizadores — e assim, com uma Informação ao serviço do Povo, então sim, é urgente resolver os problemas de litagem, de papel, de admissões. Mas servir-se das Comissões de Trabalhadores para obter um crédito que, por outra via, poderia não chegar, esse é o sonho de todos os patrões social-fascistas e fascistas. Sonho esse que todo o trabalhador democracia, patriota e antifascista deve saber transformar em pesadelo, dizendo: «Eu arranjo o papel, eu arranjo o crédito, eu trato das admissões — porque eu controlo a produção, que é a Informação».

«Se altura, quando isso acontecer, se jornal em que ter de modificar algo da minha linguagem de intelectual pequeno-burguesa, em riscos de correr por essa frase rebuscadamente «de esquerda», poderei falar da aprendizagem de liberdades».

Revolução e psico-revolucionarismo

Carlos Macedo

POE MAIS ATENTO e informado que se esteja perante o processo revolucionário português será sempre difícil, no presente momento, diagnosticar e muito menos formular um prognóstico de crise político-militar que o país atravessa.

Por outro lado invade-nos um desconcerto quando, ainda que sumariamente, nos abalançamos a semelhança tarraf, dado que temos a sensação (ou a certeza) de que tudo já foi dito, logo a repetição e o lugar comum serão inevitáveis.

Mas neste mar de tinta (não diga só da Chinal que tem lavado o meu pé), ao longo de ano e meio, muito de positivo (melhor profético) se pode encontrar não apenas em termos de política, (no sentido estrito) mas sobretudo no negar de uma sociedade que necessitava desde há muito de se conhecer.

Sucedê é que, como em tudo, quando nos situamos perante a realidade, os primeiros movimentos são reventados de tentativas de fuga e de mecanismos de defesa, pois o recato de assumirmos uma mesma realidade não é tarefa fácil.

O dia-a-dia da existência individual e colectiva, em mais diversas latitudes, está carregado de semelhanças proeminentes, pois que a "solidariedade" vivida perde um pouco da sua carga, quando um pouco o lugar é semelhante.

No entanto por vezes algo de particular tem ocorrido e resultado a revolução portuguesa de forma a situá-la numa plataforma porventura demasiado "original".

Quando nos propoçamos em

fitar com forte ênfase à originalidade que nos rodeia, não define ou nos motiva, geralmente é porque pensamos que como tal não nos encarece ou da finessa dos nossos propósitos.

Poder-se-á retorquir que todo o processo revolucionário, só é equívoco enquanto à sua duração, logo postador de forte dinamismo, pelo que tudo os praticamente tudo é imprevisível à partida.

Mas o curioso é que todas as revoluções que não foram capazes de conter em si o cerne do processo ou nunca o foram como tal ou desviaram-se a curto prazo do seu projecto, acabando por ser recuperadas pelas forças supostas ou proporcionalmente marginalizadas por elas.

Porque desde sempre tem sido assim, os grupos que catalizam as revoluções procuram dimensionar o processo, espantá-lo as suas exponências e a cobardia reprimir o malia rapidamente possível a tentação dos "individuais" episódios de uma originalidade desconcertada ou acéfala.

Por esta e por outras razões as revoluções a breve muito se desligam das realidades que inicialmente as apoiavam e se convertem em ritualizações de minorias activistas ou de vanguardas auto-nomeadas, sejam elas de esquerda ou de direita.

A todo isto temos assistido ao longo do tempo (pós 25 de Abril de 1974, mas para retomar a ideia acima exposta, a nossa originalidade de há já a breve) considero que com um certo espaço de meses a nossa sociedade adquiriu a expressão de psicotopia de grupo. Os prós e os contra de

semelhante situação o futuro nos revelar de maneira concreta.

Mas para já arrisco a opinião de considerar extremamente positiva a agitação psico-motora que nos tem invadido com a sua sustentação inconsciente desmistificadora e sobretudo desmitificadora.

Diria que a função de "autogélio" no todo do sistema político actual nos irá custar bastante caro, mas pela profundidade e a extensão que atingiu também nos permitirá uma libertação socio-política que outros países só atingiram ao longo de vários anos.

Dado um cenário que em parte procura autotopia como processo de compensação e do restor da história, até à pulverização partidária política do país, todo foi possível fazer-se e dizer-se, utilizando-se na grande maioria das situações a construção semântica estereotipada, a frase bombástica e o "alguém cuida do assunto enquanto nos laborámos maquiavélicos de alguns políticos.

Será fácil desmontar algumas das causas que têm motivado todo este conjunto verbalístico por parte de determinados sectores políticos intelectuais, mas a realidade deste país exige muito mais do que um simples enumerar de condicionantes sociológicos ou psico-efectivos.

Para mim, a causa mais profunda assenta no não reconhecimento do mesmo hiato entre aquilo que se diz e aquilo que se sente e se vive ou pretende viver. Sempre que um homem ou uma colectividade utilizam uma linguagem que lhes é

estranha (a linguagem oportuna do momento) não no visto, no rígido e pior do que tudo calar no bloqueamento.

E quando um homem ou uma colectividade se encontram bloqueados (psicológica e/ou socialmente) geralmente o desespero surge-lhes como companheiro.

E profundamente sobre o porquê do bloqueamento, em que nos encontramos, que estas linhas procuram a sua razão de ser.

Desde de tudo que qualquer limitação histórica ou psicológica nos condiciona ou nos emperra fatalmente para soluções que nos negam como homens e povo livres, temos que avaliar que grande número dos mais responsáveis se desvia da sua função catálitica socio-política, porque preferem a linguagem fácil da mesquinha ou da zona verdade à linguagem do real, do amado, do possível e do desejável.

Feriram a transposição fácil e tentadora da cultura literária exposta ou da cultura massificada para um espaço socio-psicológico que necessitam e que se quer mudar, mas não obtendo a figurino forçados apenas por uma poeira.

Esqueceram-se que até a verdade é verdadeiramente revolucionária pelo que depara lugar a uma revolução que tantas e tantas vezes se aliam, e se aliam ainda de verdade desde povo, força viva que o define como país livre.

Transcritam pois e não de grande maioria do povo participem os problemas, as motivações, os caminhos, as aspirações e os traumas históricos que nada tinham de concreto e coincidentes com os problemas, as motivações,

os caminhos, as aspirações e os traumas históricos de largas camadas populacionais.

Fundaram-se, alguns políticos e partidos, tal qual como determinados sectores do MFA, através da realidade da história portuguesa actual, nos termos simplistas de lista de classes e na concepção ultrapassada, como alfa e ómega, do homem dimensionado à luz da economia.

Falaram na revolução para o povo e com o povo, mas raras vezes o analisaram verdadeiramente e antes tentaram, por variados meios, instrumentalizá-lo.

Fritaram com bastante insistência os processos de alienação que reaciram sobre o povo português, mas procuraram criar-lhe novas formas de alienação.

Ninguém nega que largas camadas do povo português se encontrem alienadas, mas ninguém pensará que a simples substituição do mercantilismo alienante seja uma libertação!

Instituíram-se "inquirições" banalizadas, que se desviavam por dentro da "palavra da parte aberta", como filosofia de crédito de democracia.

Finalmente verbalizou-se prematuramente todo e qualquer projecto social, económico e político, pelo que não restaram horas para a acção e realização concreta dos problemas concretos do nosso país.

Focou-se na dinâmica de grupo a ponte para o "control" e manipulação do grupo e não em dos meios de libertação, pelos caminhos da opção consciente e desejada.

Dramaticamente as "rectaguardas" deste país converteram-se as

"vanguardas" do povo e/ou das classes trabalhadoras.

Não admira portanto que progressivamente fossem-se afastando a um distanciamento entre duas revoluções, a que se impôs, criando-se assim a impossibilidade do diálogo, porque duas lógicas se enfrentavam, o que culminou a que poderíamos chamar um estado de *espasmo-freio político*.

Perguntar-se-á por quanto tempo ficaremos neste estado e quais as suas consequências?

Quando ao primeiro aspecto é extremamente difícil de equacionar em virtude da sua dinâmica depender de forma bastante íntima de carga do refluxo que ocasiona.

No entanto, no mesmo caso, dado que vertiginosamente se viveiam as situações e as suas contradições, adquiriu-se uma agudeza de consciência dos factos, atrás referidos, que provocou anticorpos sociais e políticos de grande energia.

Concepção agora e todos nós aproveitar esta energia no sentido da criatividade e reconstrução do país, rumo ao socialismo, porque em contrário dada a existência de factores sociais, económicos e políticos negativos, adormecer-se-á o descontentamento generalizado, cujas consequências serão pelo menos, numa primeira fase, a rejeição do processo revolucionário e a sua abertura a seguintes posições ditatoriais de direita.

Tudo indica que em breve será constituído o VI Governo, governo este que ou é portador dos elementos processuais para a restauração da autoridade democrática ou não passará do segundo-rato-morto.

A opção, aqui e agora, plebiscitariamente ou envolvermos por uma linha governativa com capacidade operacional (logo criando autoridade intrínseca, necessária, à cabeça das suas prerrogativas) ou um constricção daremos o passo final e decisivo para o aparecimento de uma solução anti-democrática.

Chegámos à hora de escolhermos ou entre a tomada de posições e decisões firmes, sem recuo pelo reflexo imediato que porventura ocasionem em determinados sectores políticos minoritários, ou a curto prazo a democracia será bendita ou o mesmo será afirmado que a possibilidade de estabelecimento de uma ordem socialista democrática e pluralista se perderá.

Todos os partidos políticos, responsáveis e consequentes, estão postos perante esta realidade muito simples e por isto mesmo muito crua: ou abdicar de golpismo e posições sectárias ou contribuir para que a contra-revolução seja uma realidade em breve entre nós.

Mais, ou passam, embora sem terem que se despir da sua ideologia, a utilizar uma linguagem realista, pragmática e que corresponda ao que o povo português deles pretende e neste preciso momento exige ou perdem este mesmo povo e a possibilidade de edificar um socialismo democrático.

Por tudo isto o VI Governo será a última garantia (7) para a promoção da democracia em Portugal, mas à partida, repito, terá que assentar em duas bases fundamentais: capacidade de resposta rápida para os problemas urgentes que nos cercam e ter autoridade.

Esta última condiciona qualquer medida e pressupõe uma imediata clarificação de situação político-militar.

Por outro lado não poderemos esquecer que de igual forma a hipersensibilidade psicológica que vivemos, passa muito concretamente pelo problema dos retornados das ex-colónias.

Estes portugueses terão que encontrar formas concretas de reinserção social e não respostas mais ou menos caritativas por os seus problemas.

A greve existe pela qual estão passando é não só um reflexo de erro da nossa desorientação mas também das contradições do nosso processo revolucionário.

A não respondermos prontamente, com firmeza e clareza aos seus problemas, agudizaremos mais os do restante povo português e abrimos as portas, a breve trecho, à extrema-direita.

Para finalizar resta-nos sublinhar que o socialismo, a democracia e a liberdade para todos nós, sem excepção de corções políticos, passa pelo finalizar de todo um ritual pseudo-político de que o país já vai dando sinais de cansaço.

Política verdadeira ou psicoterapia política?

Verbalismo, demagogia e agitação pseudo-social inconsequente ou política de acção e do concreto?

A resposta encontra-se em todos nós, caso em contrário estes vândalos e certamente nada terá de comum com as nossas perspectivas políticas e as liberdades que pretendemos e pelas quais muitos lutaram desde sempre.

Soares e Giscard ocupam-se de Portugal

MÁRIO SOARES foi recebido, quarta-feira à tarde em Paris e durante uma hora, pelo Chefe de Estado francês, Valéry Giscard d'Estaing. Esta longa conversa a dois surpreendeu bastante os observadores, assim como os meios políticos franceses. Segundo o secretário-geral do PS, a reunião foi efectuada a partir de uma sugestão dum "amigo comum", o chanceler da RFA, Helmut Schmidt.

Interrogado à saída do Elysée sobre a finalidade desta estranha visita, Mário Soares disse não terem falado assuntos na conversa que teve com Giscard, a começar pelo futuro dos trabalhadores portugueses em França, a ajuda dada pelo Governo francês ao repatriamento dos portugueses de Angola, sem esquecer, é claro, a posição da Comunidade Europeia — na qual a França desempenha um papel decisivo — em relação a Portugal. A este respeito, o principal responsável do PS declarou que existe actualmente uma "boa compreensão" para com os problemas portugueses da parte do Governo francês e da Europa. É isto porque, continuou Mário Soares, Portugal caminha agora no sentido do pluralismo político e da democracia.

O "líder" socialista disse ainda que Portugal tem uma urgente necessidade de ajuda externa que é procurada, tanto na Europa Ocidental como nos países socialistas e nos países árabes. A este respeito Mário Soares precisou que em breve será publicado um "dódo de investimentos estrangeiros" em Portugal.

Sobre o processo político português, o secretário-geral do PS lembrou estar prevista uma Constituição para Novembro-De-

zembro assim como a realização das eleições municipais e legislativas em Fevereiro de 1976. Disse, por outro lado, estar persuadido de que o novo Governo português se manterá até às próximas eleições.

Em face disto, mais do que as afirmações de Mário Soares, é sobretudo a oportunidade da sua visita a Giscard d'Estaing que dá origem aos comentários dos observadores e dos políticos franceses. De uma maneira geral, considera-se mesmo que o encontro entre os dois homens de Estado (encontro que quanto a Mário Soares é absolutamente normal devido ser observado segundo dois pontos de vista.

Primeiro, para a maioria dos observadores esta longa entrevista com Giscard d'Estaing é muito significativa da nova atitude adoptada pela Europa face a Portugal. Quanto a isto, dois membros do CERES (à sua esquerda do PSF) "espantaram-se" por Mário Soares ter encontrado Giscard, cujo governo precisamente tudo tem feito para combater a jovem revolução portuguesa. Por seu lado, "L'Humanité", num editorial de René Andrieu, considera que a visita de Soares está de acordo com os esforços por ele desenvolvidos, tanto no interior como no exterior do país, para obter o apoio das forças da direita. E o editorialista acrescenta: "Não se trata de uma reunião mundana, nem de uma conversa em roda de uma chavena de chá, mas de um acordo e oficialmente se acreditará que o seu resultado possa ser benéfico para o futuro da democracia portuguesa". De qualquer maneira, para o "Quotidien de Paris" é simbólico que seja precisamente Giscard d'Estaing, um dos homens de

Estado que mais reticente se mostrou a conceder uma ajuda à revolução portuguesa, que receba Soares, isto é, um dos homens-chave do país, mas simultaneamente um moderado e conciliador. Isso significa simplesmente, conclui o "Quotidien de Paris", que de agora em diante Portugal é considerado como "aceitável" pela Comunidade Europeia.

Por outro lado, nota-se que a visita de Soares a Giscard atrai igualmente a atenção dos comentadores políticos sob outro ponto de vista: consideram-na de certo modo ligada à situação política francesa. Mais simplesmente, no momento em que em França se desenvolve uma polémica quanto à oportunidade para os socialistas franceses de acitarem o diálogo, frequentemente proposto pelo chefe de Estado (os radicais de esquerda, o terceiro Partido da União de Esquerdas, acabam preclaramente de responder favoravelmente à oferta de diálogo com Giscard d'Estaing) considera-se que a iniciativa de Soares torna delicada a posição de François Mitterrand, visto justamente como um dos seus melhores amigos e que é, em todo o caso, um dos seus melhores apoios políticos. De certa forma, a visita de Mário Soares é pois considerada como uma tentativa de abrir uma brecha suplementar no edifício da União de Esquerdas.

É, NO ENTANTO, de notar que o dirigente do PS fez claramente saber que o encontro com o Chefe de Estado francês não tinha absolutamente nada que ver com a situação política em França e que não devia de forma nenhuma ser interpretada como um atentado à União da Esquerda.

A margem desta visita acrescenta-se que Soares deu uma longa entrevista (em directo) à televisão francesa. No decorrer dela (em que respondia a três jornalistas franceses) Mário Soares respondeu nomeadamente a perguntas sobre a Espanha, onde se assiste a "um endurecimento intolerável para a Europa", e bem entendido sobre a situação política em Portugal. Assim, a propósito da ajuda que a Comunidade Económica Europeia se proporia fornecer a Portugal (através do Parlamento de Estrasburgo), Soares congratulou-se com o facto de ela ter sido decidida sem condições, calculando ao entanto que as condições estão agora criadas "para um entendimento entre Portugal e a Europa". Ao mesmo tempo o Secretário Geral do PS reafirmou que a social-democracia não pode ser aplicada em Portugal, que deve ter em conta as conquistas revolucionárias, nomeadamente pondo em prática uma gestão democrática dos trabalhadores.

Para terminar, é de notar ainda que Soares desmentia categoricamente as informações publicadas no "New York Times" de 25 de Setembro, segundo as quais a CIA teria fornecido no decurso dos últimos meses, vários milhões de dólares por via das formações não comunistas de Portugal. Segundo o "New York Times", esses fundos seriam sido transmitidos através de Partidos Socialistas europeus (alemão e belga, principalmente) e por sindicatos da Europa Ocidental, que teriam igualmente feito chegar armas ligeiras e munições ao partido Socialista português.

JOSE ALVES

NOVOS ELEMENTOS PARA A HISTÓRIA DO 28 DE SETEMBRO



UM ANO DEPOIS, do 28 de Setembro, permanece uma questão. Considerado justamente um dos principais marcos históricos do processo revolucionário, o 28 de Setembro não se reduziu porém, à sua face mais visível e mais conhecida: a conspiração da extrema-direita a coberto da manifestação da "maioria silenciosa" apoiada pelo então presidente da República, António de Spínola. Por outro lado, o 28 de Setembro não foi também, de modo algum, como presidiam certos círculos políticos de direita, uma mera "invenção", destinada a catapultar o PCP para as alturas de controlo do aparelho de Estado. O certo é que, na luta intricada das forças e contra-forças, dos boatos e das meia-verdades, das aparências, sujeitos e insinuações, das excepções mais ou menos elaboradas, dos relatos jornalísticos ricos de um pitoresco de filme de espionagem, há feitos pouco ou nada conhecidos do grande público que permitem penetrar mais fundo na complexidade da realidade. Para além dos vários 28 de Setembro construídos e montados segundo a óptica das várias forças que disputavam entre si o Poder, para além dos 28 de Setembro da "flocão" política, há também mais do que um 28 de Setembro real. Com efeito, há precisamente um ano assistiu-se ao entrecruzar complexo de um conjunto de factos de origem e natureza muito diversa que eclodiram a partir da noite de 27 de Setembro. 56 que no "poro quente" dos acontecimentos, a procura da verdade não se poderia fazer sem palácio, mesmo por aqueles que efectivamente tentaram apanhar o fio da meada. Nessa altura, tornava-se virtualmente impossível, até para os observadores isentos, separar o fundamental do acessório e as falsas pistas das que na realidade permitiram uma aproximação mais ou menos rigorosa da verdade dos factos. E certas forças em que então acreditámos levaram também o EXPRESSO a deixar-se esiar por algumas dessas falsas pistas.

Entretanto, com o recuo permitido pela passagem do tempo e a evolução posterior dos acontecimentos, as peças dispersas do "puzzle" do 28 de Setembro começaram a juntar-se e o fio perdido no emredamento da meada começou a aparecer, mas grado as tentativas mais ou menos evidentes para consagrar uma "certa" versão dos factos, de que é exemplo o relatório da comissão ad-hoc criada para "fazer o ponto" da situação.

Num trabalho de pesquisa e compilação de dados que efectuámos junto de diversos meios que combalçaram aspectos fundamentais dos bastidores do 28 de Setembro: a história em grande parte "secreta" de uma data.

O PERÍODO politicamente equívoco que decorre entre o golpe militar do 25 de Abril e a conspiração stalinista do 28 de Setembro — caracterizado por um complexo equilíbrio entre as diversas forças que disputavam entre si a hegemonia do Poder — teve como uma das suas múltiplas realidades o impasse quase total do funcionamento da máquina repressiva fascista e da detenção dos seus principais responsáveis. A "dança das praias logo seguidas de libertações inexplicáveis foi-se sucedendo, à medida que se desenvolviam variadíssimas contradições que secessaram toda esta fase do processo pós-25 de Abril. Ao nível da própria comissão de extinção da PIDE/DGS — inicialmente presidida por Rosa Coutinho e numa segunda fase por Galvão de Melo — essas contradições eclodiram especialmente por força do notório que opunha o elemento solitário da comissão — formado por elementos afectos ao PCP — logo depois do 25 de Abril, seriam ocupado de golpe as posições-chave naquele organismo — a comissão antiga presa anti-fascista, nomeadamente Fernando Oneto, que sobre o caso viria a fazer importantes revelações e acções na sequência do seu afastamento. E é o próprio Oneto (vide as páginas seguintes "Quem tem medo do caso Delgado?") que nos conta: "A acção de PCP na comissão de extinção orientou-se em grande medida mais no sentido de silenciar e destruir as que se lhe opunham, fosse qual fosse o episódio dos dissidentes, do que efectivamente de desmontar a máquina repressiva do fascismo. Pelo contrário, houve muitos fascistas que o PCP procurou

"recuperar", desde que se dispusessem a fazer o seu jogo, a troco de determinadas "transacções", no mesmo tempo que anti-fascistas opunha à acção golpista do PCP eram objecto de perseguições de varia ordem. Neste sentido, o PCP procurou tirar o maior partido da sua posição dominante no mundo da estalinista, que para manipular fascistas, informantes, interrogatórios, que para desfazer tudo o que pudesse vir a ser comprometedor para a sua "missão". Em contrapartida, não hesitou em recorrer a todos os processos para "queimar" politicamente as que se recusaram a colocar-se à sua ordem.

Entretanto, a situação de impiedade em que permaneciam muitos dos principais responsáveis pela repressão fascista em Portugal — era esse, concretamente, o caso de Moreira Baptista, ministro do Interior do último governo de Caetano — revelava-se verdadeiramente escandalosa aos olhos de anti-fascistas responsáveis pelo desmantelamento da máquina do antigo regime. Personagens proeminentes e potencialmente perigosas quanto ao seu envolvimento em conspirações favoráveis ao regresso a uma ditadura de extrema-direita, além de elementos destacados da Legião Portuguesa, continuavam à solta. Tirando partido destas condições, a extrema-direita reorganizava-se novamente. No Porto, o Partido Nacionalista tenta, praticamente à luz do dia, a reorganização da LP. É neste contexto que são elaboradas, com a colaboração de entidades militares e civis, listas de cerca de 70 altos responsáveis fascistas, com vista a uma operação de detenções que viria a ser desencadeada na noite de 27 para 28 de Se-

tembro. 56 que esta operação não tinha qualquer relação directa com eventuais medidas preventivas face ao golpe de força stalinista, cujo primeiro sinal viria a ser o apelo dirigido pelo então presidente da República à "maioria silenciosa" no seu famoso discurso de 10 de Setembro. Formarem significativos esse sinal, de seu punho, as listas dos elementos a deter e o então presidente da comissão de extinção da PIDE-DGS, general Galvão de Melo. O mesmo Galvão de Melo que viria a conceder publicamente o seu apoio expresso à manifestação da "maioria silenciosa". Teria Galvão de Melo tentado em assinar as listas? Fernando Oneto, que as apresentou ao antigo membro da Junta de Salvação Nacional, pronuncia-se decididamente pela negativa. "Galvão de Melo, diz-nos Oneto, é sem dúvida um homem de espírito, muito conservador, mas nunca colocou qualquer obstáculo à nossa missão. Lembramo-nos de que quando lhe foram apresentadas as listas, sobre as quais passou os olhos sem se deter quase nenhum momento, perguntou confiante na nossa responsabilidade, reparou ocasionalmente no nome dum dos indivíduos a deter e observou de passagem: "Ezra, por sinal, é meu amigo". E assinou os documentos, dando-lhe verde à operação". Oneto observa ainda: "Galvão de Melo poderia ter tido o que quisermos, mas a verdade é que enquanto presidente da comissão de extinção se distinguiu sempre por não pôr entraves burocráticos à nossa acção. O que não sucedia antes, quando o mesmo presidente de extinção dum elemento a determinar era levada a reunião da Junta de Salvação Nacional".

A «Noite das facas longas»

Preparava-se, assim, a "noite das facas longas", nome com que ironicamente foi baptizada a operação — por sentido político oposto à devastadora campanha repressiva que Hitler desencadeou como golpe decisivo para a sua tomada total do Poder na Alemanha nazi. E é precisamente esta "noite das facas longas" uma das três principais fases do 28 de Setembro. As outras seriam o golpe de força de Spínola, visando a "bonapartização" do Poder e a marginalização — e repressão interna — da esquerda, e, falhado este, o contra-golpe do PCP, aproveitando o impacto dos acontecimentos para virar a seu favor o curso do processo político. Contra-golpe este que se iria desenvolver com extrema presteza na sequência imediata do 28 de Setembro com requintados engenhos de evasão, explorando o PCP em seu proveito uma dramática calculada de alguns dados dos acontecimentos.

Os elos da cadeia

Só que, no momento preciso em que a operação é posta em marcha, na madrugada de 28 de Setembro, "tudo parecia perdido" no terreno político: o golpe da direita revelava-se iminente. Com efeito, nessa mesma altura, em Belém, Spínola e os seus sózinhos (nomeadamente Diogo Neto, Galvão de Melo, Jaime Silvério Marques, que dirigiram então insultuosos ataques a Vasco Gonçalves) pareciam controlar a situação. Deste homem-chave da resistência a Spínola, o então primeiro-ministro e o comandante do COPCON, Otelo Saraiva de Carvalho, encontravam-se virtualmente detidos no palácio. Entretanto, as estações de rádio emitiam o famoso comunicado lido por Sanches Obeiro — e que, segundo tudo indica, Vasco Gonçalves teria accedido em assinar — com vista a

desmobilizar as barricadas da resistência popular erguidas nas entradas de Lisboa. As forças da GNR controladas por Spínola — assim como a PM — designavam os populares presentes nas barricadas de "inimigo". Nesse momento, a "noite das facas longas" surge ineficazmente ligada, embora como um elo accidental, à cadeia do processo. Os homens envolvidos na condução da operação aperceberam-se de que num momento em que detidos de haver um centro efectivo do poder — e quando, pelo contrário, este parece cair nas mãos da direita — a prisão dos responsáveis fascistas se tornou inevitavelmente uma das frechas do combate. A decisão de efectuar implacavelmente as detenções planeadas muitas semanas atrás — e embora sem qualquer relação directa com o 28 de Setembro spínolista — assume, assim, uma dimensão intrinsecamente nova e um significado político de longe mais vasto do que aquele que teria a partida. Trata-se agora de jogar tudo por tudo. De ligar um elo accidental da cadeia aos outros elos. E assim que a comissão de extinção, em cooperação com o COPCON, põe em marcha as brigadas de militares encarregadas de efectuar as prisões. No "tabuleiro" dos acontecimentos é montada uma central de informações com três ramificações: uma delas, no antigo gabinete de Silva Pais, na rua António Maria Cardoso, com elementos da comissão de extinção, a segunda, no COPCON, uma terceira com 3. Bento, no gabinete do primeiro-ministro, onde se encontrava o então chefe executivo da comissão de extinção, Comandante Conceição e Silva. Por seu lado, a ramificação de António Maria Cardoso encontra-se ligada aos partidos políticos e organizações populares de base que fornecem informações. Neste campo, a acção vigilante e eficaz do MDP/CDE parece ter sido a mais relevante de todas.

Entretanto, Spínola, de Belém, joga tudo por tudo para controlar a situação. É uma das pedras-chave para os seus intentos e precisamente o COPCON. Só que o Chefe de Estado-Maior daquele comando se recusa obstinadamente a receber ordens directas de Spínola, insistindo em que só se obedecerá a Otelo.

Um submarino de emergência

Outros homens, porém, começam a distinguir-se em planos diversos na reactância ao golpe de força spinolista. Um deles é o então capitão Dinis de Almeida que, contra as ordens do Spínola para desmantelamento das barricadas, refugia a de Jacares com oboeas do RALIS (então RAL D. São

tomadas iniciativas de emergência: na António Maria Cardoso, prevenido-se que o poder tombe nas mãos da direita em Lisboa, elementos civis e militares consideram a hipótese de inventar o curso dos acontecimentos a partir do avanço de colunas militares até à revolução do norte do país sobre a capital. Encontram-se na antiga sede da PIDE/DGS, entre outros, Alfredo Caldeira e os comandantes Baptista da Silva e Costa Correia. Consciente e Silva, por seu turno, desempenha um papel de importância estratégica na coordenação das iniciativas, ao mesmo tempo que Fernando Outeiro funciona como elemento vitalista do contacto. Estabelece-se então a possibilidade em caso-limite, de se tentar deslocar Vasco Gonçalves para o Porto em submarino, para daí chegar ao largo sulitório de resistência ao golpe spinolista. Sobre este episódio pitoresco e desconhecido do público diz-nos Fernando Outeiro: "Dos três submarinos com que conta a Armada portuguesa apenas um é operacional. Um deles diz-se não ser sóbo. O outro sobre suas não dizos. Só o terceiro funciona. Por isso recomendo-os com humor ao comandante: "Veja lá se não confunde o submarino operacional com os outros..."

Entretanto, ao mesmo tempo que a situação permanece obscura para os que se encontram fora dos bastidores de Belém, Spínola aprofunda-se de que, efectivamente, o terreno lhe foga debaixo dos pés: sem poder de decisão sobre a grande maioria das unidades militares que se recusam a obedecer às suas ordens, com o COPCON insidiado pela presença de Outeiro, as barricadas reforçadas, o então presidente da República isolado, recua. Mas à hora zero, pois quatro da madrugada, em Caslão, em momento premonstrado de PCP, em consequência da situação propiça a passagens à clandestinidade.

Spínola e a manifestação

Por outro lado, é também já hoje possível delimitar algumas das moedas da intervenção do ex-General António de Spínola na preparação da manifestação dita da "maioria silenciosa", programada para o dia 28 de Setembro. Como se sabe, o anúncio da manifestação foi feito anonimamente através de cartazes colados sobretudo na zona de Lisboa. Perante a recusa de publicação ou de difusão de andróides pelos meios de comunicação social, e as re-ferências destes à manifestação, a comissão promotora da mesma, que tinha para o efeito utilizado uma das salas da Sinase, revelou-se. Pela lista dos seus componentes era vível a ligação ao Partido Liberal, que coordenou em larga medida os trabalhos de preparação, sobretudo no norte do país. Entretanto, os partidos Trabalhista Democrático Português e da Democracia Cristã faziam publicar comunicados aprovando a realização da manifestação.

Dois pontos ficaram então obscuros para o comum dos portugueses:

- o grau de conhecimento que Spínola teria da manifestação;
- o porque da reserva que um dos partidos de extrema-direita manifestou até ao fim relativamente a esta.

Quanto ao primeiro ponto, sabe-se hoje que o ex-Prvidente Spínola chegou a reunir no Palácio de Belém com sua delegação de promotores da manifestação, que estimulou a promulgação de seus trabalhos. Tal como já secedera no oculto da crise Palma Carlos tem que Francisco Sá Carneiro tem um papel destacado, influenciando os documentos Palma Carlos). Spínola foi um dos principais motores da ideia da manifestação, embora reservasse oficialmente a sua posição sobre essa matéria.

Tudo indica que o pensamento do ex-General fosse o de adquirir, através da manifestação, uma "legitimidade" que lhe permitisse a substituição do Primeiro-Ministro, bem como de outros titulares de pontos chaves no poder político. Neste sentido se esquadra perfeitamente o acontecido na tarde realizada no Campo Pequeno, escassos dias antes da data prevista para a manifestação.

Embora, não seja líquido que Spínola quizesse utilizar necessariamente essa arma, parece hoje claro que admitia a eventualidade de declarar o estado de sítio se tal fosse necessário para concretizar os seus intentos. Tratava-se, pois, de usar dois mecanismos constitucionais sob a forma de um golpe de estado constitucionalista mais do que sob a forma de um golpe estritamente militar. Mas nada afeta a eventualidade deste poder vir a ser utilizado.

Allá, vencido no primeiro "round", António de Spínola tentou ainda a hipótese do estado de sítio na sessão do Conselho de Estado que se realizou no dia 29.

O segundo ponto que o tempo veio a esclarecer foi o da posição reservada do chamado Partido do Progresso guardou até ao final um contrário dos mais partidos de extrema-direita, o Partido do Progresso guardou até ao final um silêncio absoluto acerca da manifestação. E foi só no começo da madrugada de 27 para 28 que emitiu um comunicado apoiando a manifestação. Sabe-se agora que esse comunicado resultou de uma diligente expressão de Spínola junto de dirigentes do Partido para que tomassem posição sobre a manifestação. O PP, apesar de não extrinsecar em vários aspectos da sua orientação do que se perdidos apoentes da manifestação epressuram até certo dítida acerca da oportunidade da jogada de ex-general.

A posição dos demais partidos também se tem vindo a esclarecer com o tempo. Designadamente, conhecem-se hoje factos que eram ignorados nos tempos imediatamente posteriores ao 28 de Setembro.

Para além do CDS, que se guardaria silencioso, fazendo, apenas sair um comunicado ambíguo de última hora de teor oportunista, mas que não apoiava expressamente a manifestação (afirmando defender o princípio de manifestações totalmente usidárias ao presidente da República), mereço atenção a posição dos três principais partidos.

PPD frustra comunicado conjunto

Encontrava-se, em funcionamento desde uma semana antes do 28 de Setembro, uma comissão tripartida que preparava as comemorações do 5 de Outubro.

Nos trabalhos então desenvolvidos, a Comissão encarou a conjuntura que se vivia, designadamente no que respeitava ao choque Spínola-principais estruturas do MFA, Presidência e Conselho Comandante do Primeiro-Ministro, e constituíram Carlos de Brito (PCP), Sottomayor Cardia (PS), Santos Silva e Marcelo Rebelo de Sousa (PPD).

Varela Gomes, como representante do Primeiro-Ministro, e constituíram Carlos de Brito (PCP), Sottomayor Cardia (PS), Santos Silva e Marcelo Rebelo de Sousa (PPD).

Logo no delineamento das comemorações do 5 de Outubro se projectou o clima político da conjuntura. E foi assim que, sob proposta de Varela Gomes, a Comissão encarou a hipótese da realização de duas cerimónias: uma, em recinto fechado, na Assembleia Constituinte, presidida pelo então Presidente da República. A outra, a realizar ao ar livre, e que seria um grande desfile popular e militar do Parque Eduardo VII até ao Terreiro do Paço, presidido por Costa Gomes e Vasco Gonçalves.

De qualquer forma, mais importante do que estes planos foi o documento que Carlos de Brito, em nome do PCP, apresentou informalmente na reunião do dia 28 da Comissão, em 3. Bento. Nesse documento, recordado há dias na Constituição, os três partidos ali presentes manifestariam publicamente, e de forma conjunta, o seu desagrado e oposição à manifestação do dia 28.

Carlos de Brito venceu bem a necessidade da definição de uma

plataforma entre os três partidos naquele ponto, bem como a urgência da publicação do comunicado. Este foi longamente debatido, na presença de Varela Gomes, até se atingir uma forma final aceite pelos membros dos três partidos ali presentes: além do responsável, Sottomayor Cardia e Marcelo Rebelo de Sousa.

Ficou também claro que o Partido Comunista Português seria encarregado de comunicar e enviar para os órgãos de informação, mas só depois de os órgãos directivos dos três partidos se terem pronunciado sobre essa publicação, até porque os negociadores careciam de poder formal para vincular os respectivos partidos. O símbolo valeria como aquiescência, e o prazo terminaria na noite do dia seguinte.

Já de noite, o PPD comunicou que não aceitava aquele comunicado apesar de estar na disposição de discutir e elaboração de outro. Houve, então, nova fase de negociações, em que o PPD foi representado por Alexandre Bettencourt. Novamente se chegaria a acordo. E novamente a Comissão Política do PPD, levava obstáculos. Eles foram comunicados ao PS, já que o contacto com a sede do PCP foi impossível em termos de dirigentes nacionais (lembrem-se que se estava na noite da torrada).

Além, ainda na reunião da tarde, Carlos de Brito falara na disposição do PCP de ir para a frente, com ou sem os outros dois partidos, inclusivé organizando uma contra-manifestação às portas de Lisboa. E disse que dirigentes do seu Partido se dispersariam por todo o país para expor aos militantes o que estava a suceder.

Não chegou a haver nova reunião tripartidária para apreciar o comunicado conjunto, e o PCP saiu com um comunicado isolado sobre a manifestação.

Segui-lo-iam o PS e o PPD, cada um deles com comunicado próprio.

Mas, a determinação de Spínola era tão clara que se manifestou durante os dois dias que antecederam o 28 de Setembro. Assim, no dia 27, recebeu Francisco Sá Carneiro, a meio da tarde, reunindo-se depois de uma visita oficial à CEE, e ao qual teria reafirmado o seu intuito de apoiar a manifestação, considerando desipientes os argumentos, nessa ocasião o Secretário Geral do PPD tentou pôdo-se à manifestação de apreensão contra ela. O mesmo aconteceu relativamente às diligências que o Partido Socialista desenvolveu nesse dois dias.

Foi neste ambiente que Spínola convocou, imperativamente, para Belém, o Conselho de Ministros que estava a correr ordinariamente em S. Bento, e no qual o consenso maioritário se inclinava desfavoravelmente à manifestação, isto muito embora Spínola já então tivesse feito saber ao Governo que tinha uma posição diversa. A reunião em Belém, que durou até cerca de meia-noite, caracterizou-se pelo tom extremamente duro de Spínola, que muito particularmente atacou o Partido Comunista e falou do que considerava a situação do país.

Durante a noite de 27, para 28, chegou a haver um momento em que, no "Vasco Gonçalves" e Otelo em Belém, do gabinete do Primeiro-Ministro (onde se encontrava a Comissão Coordenadora do MFA) se pediu ao EXPRESSO, que o informasse sobre o destino do próprio Primeiro-Ministro e a evolução da situação.

Entretanto, a partir de 1 hora da manhã (sabendo-se da vinda de paracaidistas de Tancos para Lisboa), o PS e o PPD evacuaram as suas sedes nacionais.

O PCP manteve vigilância à sede, e só passaria por momentos de perturbação quando na esplanada da R. António Serra apareceu uma patrulha reforçada da GNR. Mas, veio a apurar-se ser apenas objectivos de policiamento.

A unidade perante o golpe constitucional apoiado pela extre-

ma-direita congregou naquela madrugada os 3 partidos além do activo MDPCOEL, mas, consequente à posição do PS e do PCP foi clara e permanente, a do PPD hesitou entre uma oposição frontal ao golpe (até pelo seu apoio) e um certo apoio à posição de Spínola.

Foi assim que o PPD não aderiu à manifestação unitária posterior à saída de Spínola, e dedicou a esse ainda existindo no seu órgão oficial no mesmo número em que saíam a tomada de posse de Costa Gomes.

O «outro» 28 de Setembro

Restis, finalmente, neste balanço — ainda muito lacunar — das diversas faces do 28 de Setembro, um último aspecto: a fição política que se montou sobre os acontecimentos, e de vicia a aproveitar o PCP para a escalada que a partir daí desencadeou com vista à tomada de assalto do aparelho de Estado. Nessa escalada integrou-se a vaga de golpes indiscriminados pós 28 de Setembro de cerca de 200 indivíduos, em relação aos quais — e independentemente das suas posições de classe e da sua ligação mais ou menos efectiva com grupos reaccionários — não existiam elementos concretos que permitissem fundamentar qualquer tipo de envolvimento em actividades conspirativas fascistas. A esse respeito, Fernando Oseto, especialmente bem colocado dentro da questão, pergunta: *Quantos desses presos vão responder a tribunal? Com que bases se procederá à desampla de grande maioria deles? E se não um facto que o PCP, através desta escalada de intimação generalizada pretenda «simplificar» e apenas fazer virar a sua «face a reargos os outros presos» ela? Quantas retaliações pessoais se fizeram por esse meio?» Por outro lado, Oseto faz notar que essas prisões foram efectuadas com a maior irregularidade, servindo-se os elementos civis ligados à comissão de extinção que a elas procederam, juntamente com fuzileiros navais, de ordens de detenção com a chancela do Comandante Conceição e Silva e assinadas indiscriminadamente por qualquer indivíduo.*

Por outro lado, muitos dos episódios de carácter recamboloso que então se noticiaram, viriam a revelar-se completamente destituídos de fundamento válido, embora se mostrassem, em contrapartida, propícios à criação de um clima emocional favorável à escalada do PCP. Nesse contexto se integram as histórias das vendas de armas — que nunca se vieram a provar — e dos atentados, nomeadamente o que victimaria Víaco Gonçalves. Com efeito, na dependência fronteiriça à residência do primeiro-ministro, onde os supostos conspiradores tinham planeado o assassinato de Vasco Gonçalves, apenas se encontram,

contrariamente a outras versões pontas a correr na altura, inclusivamente no EXPRESSO, um pequeno cilindro de cêrca, que poderia pertencer perfeitamente a um chapéu de chuva. Sobre a venda de armas, Fernando Oseto é peremptório: *Trata-se de uma calada construída para por propaganda demonstrar isso onde for necessário — inclusivamente em tribunal».*

É neste contexto que as prisões dos setenta responsáveis fascistas efectuadas na madrugada de 28 de Setembro surgem relacionadas especulativamente com a existência de uma hipotética conspiração que, servindo-se da manifestação da «maioria silenciosa» teria por finalidade a própria liquidação física de Spínola — tida por demasiado «brando... Responsabilizadas as forças de esquerda pelo sucedido, à maneira do Instituto do Restituir, atacaram reuniões as condições para uma repressão sangrenta — ou até mesmo massacre — dos militantes revolucionários e das figuras mais progressistas do MFA. Ora, ainda aqui, encontramos-nos no mesmo terreno da fição política, já que o talado golpe à P. U. foi esboçado por Kaulza de Arraia, falhou mesmo de um governo presidido por Franco Nogueira, nunca existiu, Kaulza, Nogueira, Elmano Alves e outros foram efectivamente presos na madrugada de 28 de Setembro como conspiradores de uma operação planeada longo tempo antes e como medida preventiva de resposta à reorganização da extrema-direita, ou ainda por se tratar de responsáveis do aparelho repressivo da facção. A prova de que assim foi — embora sobre isso nunca tivemos sido fornecidos esclarecimentos oficiais... — reside, por exemplo, nas partidas discretas e autorizadas de Elmano Alves para o Brasil e de Franco Nogueira para Londres. Sem falarmos libertações não menos discretas entretanto efectuadas...

Conclusão provisória

Parceira pois, a hoje, já possível constatare da constituição no 28 de Setembro de três factores:

— o golpe de Spínola, inicialmente tentado por meios «constitucionais», e apoiado expressamente pelos partidos de extrema-direita, golpe esse que se poderia succeder de meios militares se a alternativa constitucional não vigeasse, e houvesse receptividade naqueles meios ao que se verificou não haver;

— a efectivação de um plano previamente traçado de desmantelamento da máquina fascista em reorganização, atingindo alguns dos seus mais notórios representantes;

— o contra-golpe do PCP, que estendeu a dimensão do golpe spínolista, inventando vendes falsas, veiculadas por meios de informação, e lançando uma ofensiva muito ampla de deturpações e de ocupação de lugares-chave.